



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)

Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM)

Secretaria Executiva

## UNIDADE REGIONAL COLEGIADA DO RIO DAS VELHAS

### Ata da 101ª reunião, realizada em 16 de dezembro de 2016

1 Em 16 de dezembro de 2016, reuniu-se extraordinariamente a Unidade  
2 Regional Colegiada do Rio das Velhas (URC Velhas) do Conselho Estadual  
3 de Política Ambiental (COPAM), em Belo Horizonte, Minas Gerais.  
4 Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: o presidente  
5 suplente Breno Esteves Lasmar, representante da SEMAD. Representantes  
6 do poder público: Marcos Eugênio Sampaio Rodrigues, da Secretaria de  
7 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Guilherme Augusto  
8 Duarte de Faria, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,  
9 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Heloisa Cristina Notini  
10 Greco, da Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional (Secir);  
11 Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Andressa  
12 de Oliveira Lanchotti, da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ); Antônio  
13 Fernando de Andrade Mendes, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos  
14 Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Rômel Amarildo Vasconcelos Costa,  
15 do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Licínio Eustáquio  
16 Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM); João Eustáquio  
17 Beraldo Teixeira, representando o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das  
18 Velhas (CBH Velhas). Representantes da sociedade civil: Paula Meireles  
19 Aguiar, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg);  
20 Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do  
21 Estado de Minas Gerais (Faemg); Eduardo Antônio Arantes do Nascimento,  
22 da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais  
23 (Fetaemg); Marco Aurélio Moreira, da Federação das Associações Comerciais  
24 e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas); Luis Márcio Viana,  
25 do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindixtra);  
26 Luciana Melo Rocha, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de  
27 Minas Gerais (Crea/MG); Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Fórum  
28 Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc);  
29 Ronaldo Vasconcelos Novais, da Organização Ponto Terra; Luiz Carlos da  
30 Cruz, do Centro Universitário UNA. **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO**  
31 **HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**  
32 **ABERTURA.** O presidente Breno Esteves Lasmar declarou aberta a 101ª  
33 reunião da Unidade Regional Colegiada do Rio das Velhas. **3)**  
34 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**  
35 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu queria trazer aqui a  
36 questão da Mundo Mineração e propor uma moção à FEAM e ao DNPM para  
37 que verifiquem, com essa quantidade grande de chuvas, que dizem que estão

38 fora do previsto, que seja feita uma vistoria. Para quem não conhece, em Rio  
39 Acima tem uma barragem de rejeitos abandonada, da Mundo Mineração. A  
40 FEAM esteve lá, várias vezes, neste ano. Conseguiram fazer, com recurso da  
41 Copasa, uma obra de drenagem para evitar que chegue mais água a essa  
42 barragem, que não tem mais efeito de borda, mas não se conseguiu ainda  
43 recurso para retirar esse material. E como é uma mina abandonada de  
44 exploração de ouro, uma barragem a céu aberto, se, em caso de  
45 extravasamento, vai chegar ao Velhas antes de Bela Fama, eu estou  
46 solicitando e propondo que nós fizéssemos uma moção à FEAM e ao DNPM  
47 para fazer uma vistoria agora para verificar, como não tem efeito de borda,  
48 com essas últimas chuvas, como está isso. E que, se verificar que esse efeito  
49 de borda está praticamente com a possibilidade para extravasar, seja  
50 planejada uma obra emergencial mesmo que fosse colocado ao redor da  
51 borda algum material, enquanto não se consegue fazer a obra. As pessoas de  
52 Rio Acima estão muito preocupadas, e, se acontecer um extravasamento, nós  
53 temos em risco a captação de Bela Fama. Eu estou trazendo isso aqui em  
54 nome da comunidade.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Eu gostaria de  
55 aproveitar para fazer a leitura do pedido de alteração do representante da  
56 Procuradoria-Geral de Justiça. A partir de agora, à doutora que vai nos  
57 acompanhar eu peço que possa se apresentar a todos.” Conselheira  
58 Andressa de Oliveira Lanchotti: “Boa tarde a todos. Meu nome é Andressa de  
59 Oliveira Lanchotti. Eu sou agora representante da Procuradoria-Geral de  
60 Justiça. A propósito da fala da sra. Maria Teresa, eu sou promotora de Justiça  
61 da Comarca de Nova Lima, então, conheço bem esse caso da Mundo  
62 Mineração e queria dar algumas informações atualizadas. Em 2014, após  
63 tratativas realizadas com os empreendedores, que se comprometeram em  
64 reuniões realizadas entre o Ministério Público e o DNPM a fazer várias obras  
65 no local e não cumpriram essas obras. Então, o Estado de Minas Gerais  
66 ingressou com uma ação em face dos empreendedores. Obtiveram as  
67 liminares, mas esses empreendedores não realizaram as obras necessárias.  
68 Em dezembro de 2014, eu, representando a Promotoria de Nova Lima,  
69 ingressei com uma ação contra o Estado de Minas Gerais em razão da  
70 omissão do poder de polícia do Estado, porque a Licença de Operação da  
71 mineração estava válida. Todas as liminares foram deferidas, só que houve  
72 muita dificuldade no cumprimento dessas liminares. Depois da tragédia de  
73 Mariana, já no ano de 2015, o Estado pediu mandado de arrombamento para  
74 cumprimento das liminares, foi ao local e começou a fazer as obras  
75 emergenciais. Só que a situação é muito complexa, mais complexa do que eu  
76 imaginava quando propus a ação. Então, ontem mesmo, a propósito desse  
77 caso, eu conversei com a promotora que está me substituindo em Nova Lima,  
78 porque desde o dia 6 de dezembro eu assumi a Coordenadoria das Bacias  
79 dos Rios das Velhas e Paraopeba e não estou mais respondendo pela  
80 Comarca de Nova Lima. A doutora Marina é quem está. Antes de sair, eu

81 tinha pedido um relatório circunstanciado do Estado. Ela recebeu esse  
82 relatório, e eu estou em contato com o Estado também, que está viabilizando  
83 uma solução de longo prazo e definitiva para a área. Então, eu acho que essa  
84 moção proposta vem em uma boa hora. Eu sou totalmente favorável – mesmo  
85 com essas ações paralelas para cumprimento – a ter uma nova vistoria no  
86 local o mais rápido possível.” Conselheiro João Eustáquio Beraldo Teixeira:  
87 “Eu não estive aqui na última reunião, eu estava viajando. Eu só queria fazer  
88 um elogio público ao doutor Mauro, ao Carlos Eduardo e ao Felipe pelos  
89 excelentes trabalhos prestados. E à doutora Andressa as boas-vindas.”  
90 Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “Eu queria só prestar  
91 uma informação. Na quarta-feira, foi realizada a reunião conjunta  
92 COPAM/CERH e, em virtude de uma moção anteriormente apresentada, o  
93 procurador da República doutor José Adércio foi convidado a fazer uma  
94 manifestação em torno da ação que ele ajuizou contra o acordo firmado entre  
95 os governos de Minas e Espírito Santo com a empresa Samarco. A exposição,  
96 eu pelo menos achei muito boa. Mas eu queria apenas informar que foi  
97 aprovado que a exposição dele, as justificativas que ele apresentou vão ser  
98 colocadas na página do COPAM, na íntegra. E eu acho importante que as  
99 pessoas que não puderam participar possam acessar e ler, inclusive, para  
100 conhecer a questão um pouco mais. A outra questão, que me parece que tem  
101 que ter toda atenção, é também um projeto de lei na Câmara dos Deputados  
102 que tentaram votar na quarta-feira, me parece, que diz respeito ao  
103 licenciamento ambiental. Mas, em função da reação do próprio ministro,  
104 provisoriamente, foi retirado de pauta. Mas é evidente que vai voltar no  
105 próximo ano. E a minha avaliação é que é para – procurando dar um pouco de  
106 ênfase – destruir o processo de licenciamento ambiental. Eu acho que é  
107 importante todo mundo acompanhar porque faz parte, inclusive, da nossa  
108 responsabilidade zelar por um mínimo de civilidade nas questões públicas.”  
109 Conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais: “Conselheiras, conselheiros,  
110 empreendedores, consultores, ambientalistas, eu queria falar um pouco,  
111 presidente, André, da Mesa, para as pessoas darem uma refletida. A mídia  
112 tem colocado muito a questão da substituição no Ministério Público Estadual.  
113 Eu quero dizer que estou na vida pública há 35 anos, praticamente, e  
114 conhecemos essas coisas, sabemos como essas coisas funcionam. Pelo  
115 menos quem tem o mínimo de informação. Quem não tem informação, chuta,  
116 inventa, mente, qualquer coisa assim. Toda vez que muda um governo... Por  
117 exemplo, nós entramos no governo em 82, com o doutor Tancredo Neves. Aí,  
118 mudou-se a Prefeitura de Belo Horizonte, mudou-se o governo, mudam os  
119 secretários. Isso é coisa normal, rotineira, em qualquer alternância de poder, o  
120 que é salutar para a democracia. O poder que estava agora no Ministério  
121 Público, pelo que eu sei, pela atividade política, estava há 12 anos. Pessoas  
122 qualificadíssimas. Doutor Carlos Eduardo Ferreira, competentíssimo. Muito  
123 competente, sempre tivemos diálogo, fizemos um programa que eu apresento,

124 e ele me dando entrevista de meia hora sobre o programa 'Mar de Lama:  
125 nunca mais'. Doutor Marcos Paulo, também, competentíssimo na área dele.  
126 Mas é importante que as pessoas saibam, e eu falo aqui porque conheço as  
127 pessoas, sei do trabalho delas. O doutor Antônio Sérgio Tonet está no  
128 Ministério Público Estadual há anos e anos. Ele disputou eleições lá, foi o  
129 mais votado, em algumas vezes, e nunca foi nomeado procurador-geral de  
130 Justiça, porque não interessava ao grupo político que dominava o Estado de  
131 Minas Gerais naquela época. Eu não estou falando mal nenhum de ninguém,  
132 eu estou passando informação que é verdadeira e justa. O doutor Tonet é  
133 competentíssimo, o atual procurador-geral de Justiça de Minas Gerais. Agora,  
134 entrou a doutora Andressa, que eu não conheço tanto, mas conheço o  
135 trabalho dela em Nova Lima, que fez um trabalho maravilhoso, competente,  
136 que todas as pessoas que acompanham o meio ambiente tomaram  
137 conhecimento. Doutora Andressa, então, a senhora é muito bem-vinda, pelo  
138 menos da minha parte, que represento aqui a sociedade civil, pelo trabalho  
139 que a senhora fez em Nova Lima. O doutor Rômulo Ferraz está no Ministério  
140 Público há anos e anos, e entrou lá por concurso público, como todos  
141 entraram. Agora, porque saíram pessoas boas, as que estão entrando são  
142 competentíssimas: doutor Tonet, doutora Andressa, doutor Rômulo Ferraz,  
143 que eu conheço há anos e anos na minha militância política. Eu não sou  
144 parente de nenhum deles, não sou do partido de nenhum deles. Eles não têm  
145 partido. Mas por uma questão de justiça, de verdade. Dizer que saiu 'por  
146 causa disso, por causa daquilo'. Não. Saiu, presidente Breno, porque,  
147 antigamente, a política antiga era assim, quando mudava o secretário,  
148 mudava até o ascensorista, o cara que servia o café também mudava, por  
149 todos os motivos. Eu quero colocar isso aqui para que as pessoas entendam  
150 que, pelo menos na minha visão, essa é uma questão natural, normal, salutar  
151 para qualquer processo democrático. Rendo as minhas homenagens, mais  
152 uma vez, ao doutor Carlos Eduardo Ferreira, ao doutor Marcos Paulo. São  
153 pessoas competentes, com quem eu me dou também no relacionamento  
154 pessoas. Não sou parente deles, também não sou do partido deles. Mas a  
155 mídia tem que parar de dizer isso, 'por causa disso, por causa daquilo'. Mudou  
156 o governo, muda o secretário. Vai entrar agora o Kalil, vai mudar o secretário.  
157 Amanhã, muda o governo, muda também. Não é porque está acontecendo um  
158 bom ou mau trabalho nesse sentido. E bom que as pessoas entendam,  
159 alternância no poder é salutar para a democracia. E eu falo isso com  
160 conhecimento de causa, porque conheço as pessoas e a atuação delas.  
161 Deixar isso muito claro, para que as pessoas parem de inventar, de fazer  
162 elucubrações e até de mentir, em alguns casos. A mídia está muito  
163 equivocada, precisa se informar melhor, principalmente, na área ambiental."  
164 Presidente Breno Esteves Lasmar: "Conselheira Maria Teresa, com relação à  
165 questão da Mundo Mineração, eu pude acompanhar um pouco mais próximo  
166 esse assunto, quando estava ainda na FEAM, e houve uma série de

167 iniciativas recentes de fiscalizações preventivas para esse período chuvoso  
168 que estava se aproximando. Então, eu gostaria de sugerir que possamos  
169 disponibilizar aos senhores conselheiros os autos de fiscalização e avaliação  
170 que foram realizados agora, antecedente ao período chuvoso. Foi uma equipe  
171 grande que participou. Não só a equipe da Secretaria de Meio Ambiente, da  
172 Área de Emergência Ambiental, como também o comando da Polícia Militar,  
173 juntamente com a FEAM. Caso vocês ainda sintam a necessidade, poderão  
174 ser prestados outros esclarecimentos e informações adicionais. Talvez isso  
175 possa auxiliar na tomada de decisão que os senhores farão, então, a respeito  
176 da proposta da conselheira.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas  
177 Corujo: “Como o senhor falou, foi antes do período de chuva. Eu estou  
178 dizendo que, diante dessa quantidade de chuva, que está além, estou  
179 propondo uma moção. Ainda mais, ontem, choveu demais. Não precisa ir uma  
180 equipe muito grande, mas que se vá verificar como está a situação, porque  
181 ainda vamos ter janeiro e fevereiro de chuvas. É mais nesse sentido.”  
182 Presidente Breno Esteves Lasmar: “Nós vamos disponibilizar o material, e  
183 vocês vão poder avaliar tudo, da forma que for interessante. Com relação à  
184 moção proposta, antes de colocarmos em votação, eu gostaria de sugerir que  
185 fosse feita a redação para que possamos apresentar ao final da reunião essa  
186 proposta.” Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “Uma  
187 questão que eu queria encaminhar para avaliação, evidentemente, se houver  
188 sentido, para o próximo ano. É porque teve audiência pública na Assembleia –  
189 a direção do Sisema foi convidada, e todos os diretores foram – para fazer  
190 uma avaliação do Sisema após os decretos, após a mudança das normas  
191 estaduais. E foi bastante longo, a Comissão concedeu a vocês três horas para  
192 falar, e não teve oportunidade de as entidades se manifestarem. Mas eles vão  
193 marcar para março – isso ficou mais ou menos acertado – para as entidades  
194 também fazerem sua avaliação. Eu tinha levado alguns pontos para colocar lá  
195 na discussão e quero apenas registrar um deles, para, inclusive, vocês  
196 poderem avaliar. Eu não vou entrar na questão da legalidade, se pode, se não  
197 pode. Por enquanto, eu não estou me atendo a essa questão. Mas eu queria  
198 manifestar que eu entendo que todo processo de licenciamento tem que ter  
199 parecer do Sisema. Eu entendo que toda a equipe de técnicos que faz o  
200 parecer deve ser coordenada, obrigatoriamente, por um técnico de carreira.  
201 Eu não sei se isso é legal, obrigatório. Mas, por exemplo, no Incra, para fazer  
202 vistoria de imóvel tem que ser técnico concursado, de carreira. Isso tem até  
203 um pouco de semelhança com o que foi dito aqui antes, mas eu queria deixar  
204 registrado. E até me antecipo. Nada contra quem não é concursado, mas tudo  
205 a favor de quem é. Eu não vou entrar na coisa se sou contra quem não é  
206 concursado, eu estou apenas defendendo, claramente, que a  
207 responsabilidade da coordenação das equipes tem que ser de técnico  
208 concursado. Eu até tinha levantado outras coisas para apresentar lá. Por  
209 exemplo, feitas as mudanças, eu vi o secretário adjunto falar: ‘O número de

210 fiscais, de analistas ambientais para fiscalizar aumentou'. Me parece que dois,  
211 se não me falha a memória. Quer dizer, tem muito a avançar. Mas eu queria  
212 deixar registrada essa questão, que eu considero de fortalecimento  
213 institucional.” Conselheiro Rômelo Amarildo Vasconcelos Costa: “Eu não estou  
214 envolvido direto nessas questões de barragens, e, como esse assunto não  
215 estava pauta, eu vou só dizer o seguinte. O DNPM, em 2016, inspecionou  
216 todas essas barragens que se enquadram no Plano Nacional de Segurança  
217 de Barragens. Toda barragem tem uma rotina que é feita, que está correndo,  
218 e todas as providências necessárias estão sendo tomadas onde são  
219 pertinentes. Independentemente da moção, está anotado, e eu vou repassar  
220 ao pessoal que se envolve direto nisso.” Presidente Breno Esteves Lasmar:  
221 “Conselheiro, uma sugestão, então. Talvez, se o senhor pudesse  
222 disponibilizar as informações de vistorias e outras informações que o DNPM  
223 entender que são importantes e necessárias ao caso, nós poderíamos passar  
224 também aos conselheiros, e todo mundo poderia ter maior informação sobre o  
225 assunto.” Conselheiro Rômelo Amarildo Vasconcelos Costa: “Nós vamos  
226 conversar a respeito disso lá com o pessoal.” **4) EXAME DAS ATAS DA 99ª E**  
227 **100ª REUNIÕES**. Aprovadas por unanimidade as atas da 99ª e da 100ª  
228 reuniões da URC Rio das Velhas, realizadas em 25 de outubro e em 29 de  
229 novembro de 2016, respectivamente. Na aprovação da ata da 99ª reunião,  
230 foram registradas abstenções dos seguintes conselheiros: Andressa de  
231 Oliveira Lanchotti, Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, Luciana Melo Rocha,  
232 Luis Márcio Viana e Heloisa Cristina Notini Greco. Na aprovação da ata da  
233 100ª reunião, foram registradas abstenções dos seguintes conselheiros:  
234 Andressa de Oliveira Lanchotti, Luciana Melo Rocha, Luiz Carlos da Cruz,  
235 João Eustáquio Beraldo Teixeira, Luis Márcio Viana e Heloisa Cristina Notini  
236 Greco. Relativamente à 99ª reunião da URC, o conselheiro Marcos Eugênio  
237 Sampaio Rodrigues fez o seguinte destaque: “Em relação à ata da 99ª  
238 reunião, em que foi solicitado que se fizessem correções, eu concordo com as  
239 correções que foram feitas. E só reafirmo a questão que foi colocada, no  
240 início, do fato de não terem sido, em nenhum momento, colocados pela  
241 Supram os motivos de não considerar o projeto em questão. Naquela  
242 discussão que havíamos iniciado sobre a aplicação da Lei da Mata Atlântica, a  
243 Supram não manifestou o porquê de não considerar aquele empreendimento  
244 em questão como de finalidade social ou ambiental. Eu gostaria também só  
245 de solicitar à Mesa que aquela consulta à Advocacia Geral do Estado nos  
246 fosse também repassada para que pudéssemos acompanhar não só a  
247 consulta, como a resposta da consulta.” André Luis Ruas, da SEMAD,  
248 esclareceu que a posição da Supram sobre a aplicação da Lei da Mata  
249 Atlântica, no caso específico, está registrada nos dois pareceres apresentados  
250 à URC, antes e depois da baixa em diligência do processo. Quanto à consulta  
251 à AGE, André Luis Ruas se comprometeu a encaminhar todas as informações  
252 ao conselheiro representante da Seapa, para acompanhamento. Ainda neste

253 item da pauta, foi registrado pela Presidência que os conselheiros poderão  
254 solicitar que conste em ata transcrição literal de trechos das reuniões ou  
255 mesmo de itens completos, que julgarem necessários, podendo indica-los  
256 durante a própria sessão ou na reunião seguinte, quando da apreciação da  
257 ata. Nesse caso, o documento seria baixado em diligência para as inclusões  
258 solicitadas. A conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo registrou  
259 solicitação para que as discussões que houverem na presente sessão sobre o  
260 item 5.1, Herculano Mineração Ltda., sejam transcritas na ata. **5) PROCESSO**  
261 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO**  
262 **CORRETIVA. 5.1) Herculano Mineração Ltda. Estradas para transporte de**  
263 **minério / estéril; lavra a céu aberto com tratamento a úmido. Minério de**  
264 **ferro; obras de infraestrutura (pátios de resíduos, produtos e oficinas);**  
265 **unidade de tratamento de minerais. Itabirito/MG. PA 00340/1995/016/2015,**  
266 **DNPM 001.995/1963. Classe 6. Apresentação: Supram Central**  
267 **Metropolitana. Retorno de vista: conselheiros Mauro da Fonseca**  
268 **Ellovitch, Paula Meireles Aguiar, Júlio César Nery Ferreira e Maria Teresa**  
269 **Viana de Freitas Corujo. Licença concedida por unanimidade nos termos do**  
270 **Parecer Único, com inclusão da seguinte condicionante: “Dar continuidade**  
271 **aos estudos geotécnicos e do monitoramento do ambiente subterrâneo por**  
272 **meio dos traçadores na região do empreendimento de modo a testar a**  
273 **segurança das estruturas remanescentes. Prazo: envio semestral do relatório**  
274 **técnico com as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica, durante a**  
275 **validade da licença”. Foram registradas abstenções de votos dos seguintes**  
276 **conselheiros: Luiz Carlos da Cruz, Andressa de Oliveira Lanchotti, Maria**  
277 **Teresa Viana de Freitas Corujo, Eduardo Antônio Arantes do Nascimento e**  
278 **Ronaldo Vasconcellos Novais. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas**  
279 **Corujo: “Maria Teresa, Fonasc, abstenção. Quero que conste, porque este**  
280 **processo deveria ter sido baixado em diligência. Esse é o motivo da minha**  
281 **abstenção.” Transcrição das manifestações (solicitação da conselheira**  
282 **Maria Teresa Viana de Freitas Corujo). Conselheira Andressa de Oliveira**  
283 **Lanchotti: “Eu acho que é dispensável a leitura integral do parecer de vista,**  
284 **porque ele é bastante extenso. Nós estamos requerendo a baixa em diligência**  
285 **para que sejam comprovadas as pendências que foram expostas no parecer.**  
286 **São vários itens em que nós tivemos dúvidas. Por exemplo, quanto à**  
287 **apresentação do Plano de Fechamento de Mina. Não ficou claro se já foi**  
288 **apresentado. Na questão também da fauna, tem algumas pendências**  
289 **elencadas aqui, do monitoramento da fauna. Outra questão é em relação à**  
290 **área da Estação Ecológica de Arêdes que sofrerá interferências, tendo em**  
291 **vista a presença de estruturas administrativas previstas e uma estrada. Nós**  
292 **também gostaríamos de esclarecimento a esse respeito. Além disso, a**  
293 **questões dos riscos geotécnicos. Depois da recuperação dessas áreas, a**  
294 **proposta de que seja feito o empilhamento a seco desse rejeito que está**  
295 **nessas cavas; e tem o plano de recuperação. Então, nós queríamos maiores**

296 informações sobre os riscos geotécnicos dessas estruturas remanescentes.  
297 Por fim, tem também uma questão relacionada a uma ação que foi proposta,  
298 da qual eu tomei conhecimento hoje, da Genove Empreendimentos e  
299 Paineiras, em face da Herculano, na qual foram deferidas medidas liminares,  
300 dentre elas, que a empresa deveria se abster de qualquer lançamento de  
301 efluentes líquidos, sólidos ou gasosos que possam causar dano ao curso  
302 d'água do ribeirão do Silva. Isso sob pena de multa. Essa questão não ficou  
303 clara no parecer da Supram, e eu queria que fosse também analisada com  
304 mais minúcia, se é possível atender essa ordem judicial que está vigente.”  
305 Conselheira Paula Meireles Aguiar: “O nosso parecer é pelo deferimento da  
306 licença, nos termos do parecer da Supram.” Conselheiro Luis Márcio Viana:  
307 “Em nome do Sindiextra, eu subscrevo o parecer da Paula, da Fiemg.”  
308 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu quero apresentar o  
309 meu parecer usando algumas imagens que considero importantes. O primeiro  
310 ponto que nós achamos importante ao consultar, inclusive, o processo – eu fui  
311 lá ao Ministério Público – é a retomada da atividade. Mas tem algumas  
312 questões que estão lincadas com o rompimento da barragem que justificam o  
313 nosso pedido também de baixa em diligência, que tem a ver com a questão da  
314 estabilidade geotécnica. Em vários momentos do próprio Parecer Único, fica  
315 bem clara a questão de que esse rompimento tem a ver com a existência de  
316 vazios subterrâneos nessa região da B1 que rompeu e na região desse  
317 empreendimento. E nas páginas 16 e 17 também se coloca que, em abril,  
318 houve um conteúdo da barragem B4, uma parte dele, e tem a quantidade: 300  
319 mil m<sup>3</sup> de água e 90 t de minério, que em abril foram drenados por uma  
320 cavidade situada no fundo de uma dolina. E eu nem sabia, esse nome ‘vórtex’.  
321 Então, na realidade, houve uma questão antes do rompimento da B1, uma  
322 questão que aconteceu em abril, que tem uma relação direta com essa  
323 questão da estabilidade geotécnica. Tem outros trechos. Por exemplo, na  
324 página 20, de novo volta a afirmar: ‘Conforme informado nos estudos que  
325 embasam foram identificados pelo menos sete espaços vazios que podem  
326 corresponder a cavidades no ambiente subterrâneo na região entre B1 e B4  
327 ou apenas uma área de modificação’. No Parecer Único, eu não encontrei  
328 uma explicação muito clara de qual é a relação desse vórtex de abril com o  
329 rompimento da barragem, em setembro. Consultando o processo, tem um  
330 documento. Na página 3, tem esse trecho, mas eu só vou ler uma parte, que  
331 diz o seguinte: ‘Os sedimentos e consolidados, saturados ou úmidos,  
332 estocados na barragem B4, foram absorvidos para esse sistema de vazios em  
333 profundidade, formando na superfície um vórtex’ e que esse vórtex foi capaz  
334 de incorporar o ambiente subterrâneo. Tem outros trechos que falam dessas  
335 áreas subterrâneas entre a B1 e a B4. Coloca na página 60 ‘esse corpo de  
336 mármore’ que está desde os limites de jusante da barragem B1 até a ombreira  
337 esquerda da barragem B4, ‘caracterizando assim uma zona de alto risco  
338 geológico’. Então, não é só a B1 que se rompeu, existe ali um espaço com

339 essa caracterização. Na página 4, está colocado claramente: ‘o que torna,  
340 especialmente, importante a investigação da área para prevenção de futuros  
341 acidentes’. Esse grifo é nosso. No Plano Diretor, elaborado pela Brandt,  
342 também está falando da questão desse abatimento, da sua relação com a B4,  
343 desse vórtex. E tem um esquema que eu quis entender melhor, e acho que  
344 consegui, que diz o seguinte. Que na realidade a barragem B4, onde teve o  
345 vórtex, nessa região, entrou aquela quantidade enorme de lama e de água. Eu  
346 não consegui localizar que providências a Herculano tomou para verificar para  
347 onde foi essa quantidade imensa de material úmido. Eu não consegui porque  
348 não dominamos muito a questão de piezômetros, para saber como foi o  
349 acompanhamento dos piezômetros da B1, que rompeu, para acompanhar. Eu  
350 não sei, mas, provavelmente, tem que ser visto. Porque o que está escrito  
351 nesses estudos é que esse vórtex que aconteceu em abril na B4, como tem  
352 aqui os tais vazios, que estão em vários trechos do próprio Parecer Único,  
353 pelo que está nos documentos, o fundo da B1, que estaria com menos  
354 quantidade de material líquido, começou a ter maior quantidade de material  
355 líquido. Porque veio vindo desse vórtex perto da B4 para o fundo, porque as  
356 duas estão no mesmo nível altimétrico. Então, o que está nesses documentos  
357 é que ruptura da B1 estaria diretamente relacionada. Porque, como em maio  
358 já é estiagem e entre maio e setembro não tem tanta quantidade de água, e  
359 se a superfície da B1 não apresentou alterações em termos de quantidade de  
360 líquido, a B1 rompeu, e está confirmado que houve uma quantidade maior de  
361 material líquido no fundo da B1, que fez o rompimento. Muito similar ao caso  
362 da Samarco, onde também um dos problemas-chave foi essa questão da  
363 drenagem. Então, eu estou solicitando para baixar em diligência. Um dos  
364 pontos que eu considero importante para a equipe técnica no processo é  
365 tentar verificar essa questão do acompanhamento dos piezômetros na B1. E  
366 no documento também que está no processo, esse documento da Hidrovia,  
367 me parece, ou da Brandt, essa área onde estão essas estruturas – a  
368 barragem B1 e a barragem B4 – e tem um dolinamento no meio, uma região  
369 conhecida como Tanque Seco, essa área está... Esse empreendimento, essas  
370 estruturas estão em uma área considerada de risco muito alto, no que se  
371 refere a riscos associados. São áreas com evidências superficiais de formas  
372 cársticas, associadas a dolinamentos, abatimentos. Então, esse  
373 empreendimento, realmente, tem uma fragilidade geotécnica que tem que ser  
374 muito criteriosamente olhada, antes de qualquer coisa que se vá fazer nesse  
375 lugar. Então, nesse documento, no Parecer Único, isso aparece de algumas  
376 formas. Página 5 do Parecer Único: ‘A barragem B1 está a jusante das  
377 barragens “tal, tal, tal”, que podem desencadear uma ruptura em cadeia’. ‘A  
378 barragem B4 não está em série, mais possui ligação com as outras barragens  
379 e subsuperfície. Por isso, adota-se a possibilidade de rompimento conjunto’. E  
380 esse documento da Hidrovia que está no processo diz o seguinte: ‘Percebe-se  
381 que existe uma complexidade geológica estrutural que demanda um estudo

382 detalhado e prolongado', que, associado ao investimento em monitoramento  
383 dos recursos hídricos, eu fico perguntando: aquela água toda e lama que  
384 desceram em abril, de que forma chegaram, por exemplo, a algum sistema  
385 que fornece água para aqueles recursos hídricos daquele lugar? Se eu tivesse  
386 visto descer tantos litros de água e tantas toneladas de lama, eu queria  
387 saber para onde foram. Eu não sei se isso foi devidamente avaliado. Para  
388 algum lugar, foi. Como no parecer fala da questão dos sismos de pequena  
389 magnitude, que podem, provavelmente, justificar o abatimento que gerou o  
390 vórtex – isso está nos documentos –, naquele dia em que o pessoal da  
391 Herculano viu que a água começou, e a lama, a se movimentar igual no ralo a  
392 água vai descendo para o tanque, e uma grande massa, e sumiu, teve um  
393 sismo de pequena magnitude. Pelo que eu li também nos documentos, sismos  
394 de pequena magnitude não fazem nada, geralmente, nunca. Provavelmente,  
395 essa região sempre teve. Não sei. Aí, nós fomos olhar assim: 'Mas como é  
396 isso, tem tantos assim?' Nesse mapa, não vai dar para ver, mas quem abrir o  
397 PDF vai ver que, só neste ano, na região do sinclinal Moeda, teve vários  
398 sismos de pequena magnitude. E um desses sismos, de novo, está no  
399 entorno da Herculano. Então, nós fizemos um mapa do Google Earth, pondo a  
400 coordenada do sismo e a Herculano. Esse foi o sismo de 5 de abril de 2014,  
401 que provavelmente gerou essa queda da cavidade do vazio, que essa  
402 quantidade toda desceu. Agora, teve aqui um. A Herculano está ali. Esse  
403 sismo foi em 27, se não me engano, de agosto ou setembro deste ano. Então,  
404 eu, pessoalmente, que nunca tinha mexido com isso, para poder preparar o  
405 parecer de vista, junto com a turma, fiquei assim... Se um sismo de pequena  
406 magnitude, por ter um vazio embaixo da Herculano, fez cair uma parte da  
407 cavidade que foi, gerou essa movimentação da massa líquida, que sumiu não  
408 sei para onde; e se lá no caso da Samarco também está comprovado, no  
409 relatório internacional. Lógico, não foi o sismo que teve no dia 5/11 que  
410 rompeu a barragem. Está bem comprovado, o sismo foi o gatilho, porque era  
411 uma estrutura em colapso. Então, eu estou pedindo a baixa em diligência.  
412 Vamos, então, direto à conclusão. Tem a questão hídrica, que nós  
413 entendemos que não foram bem os impactos do jeito que foram colocados.  
414 Mas está no meu parecer. Foi colocado no documento da Geomil que só  
415 desceu, praticamente, água. Temos fotos do Condomínio Vila Bela, uma  
416 semana depois. Isso não corresponde com o que está no relatório. Então, tem  
417 alguma coisa que, entre o relatório, o documento da Geomil e os fatos do  
418 rompimento, foi no mínimo esquecida ou omitida, e isso tem que ser  
419 averiguado, devidamente. Diante disso que eu trouxe, esse empreendimento,  
420 pode ser que essas respostas estejam naquela quantidade de volumes. Eu  
421 procurei, mas não encontrei as respostas essenciais. Então, nós estamos  
422 considerando que é fundamental um estudo completo e abrangente de risco  
423 geológico, estrutural, naquele conjunto; cárstico, por causa desses vazios que  
424 estão ali. Tem lá dizendo que tem alguns com 37 m de largura; e sísmico. E

425 estudos criteriosos sobre o comportamento hidrogeológico dessas  
426 descontinuidades e dessa dinâmica hídrica. Senão daqui a pouco nós vamos  
427 ver o córrego do Silva e os outros afluentes começarem a não ter água e não  
428 vamos saber por que. Esse é o nosso parecer.” Presidente Breno Esteves  
429 Lasmar: “Senhores conselheiros, a matéria em discussão alguém gostaria de  
430 comentar?” Conselheiro João Eustáquio Beraldo Teixeira: “Eu gostaria de  
431 ouvir a equipe técnica da Supram.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Nós  
432 temos aqui algumas pessoas inscritas para fala, também representantes da  
433 empresa, que são responsáveis por estudos e avaliações técnicas que foram  
434 realizados. Eu gostaria de sugerir aos senhores conselheiros que a empresa  
435 fosse convidada a apresentar seu ponto de vista e as suas razões dos  
436 estudos técnicos que foram desenvolvidos. E em seguida a equipe técnica da  
437 Supram, para auxiliar no esclarecimento da matéria.” Conselheiro Eduardo  
438 Antônio Arantes do Nascimento: “Um esclarecimento, presidente. Tanto o  
439 relatório do Ministério Público como o da Maria Teresa solicitam colocar em  
440 diligência. Quem pode colocar em diligência é o senhor. Eu pergunto: o  
441 senhor já tem convicção formada e não vai colocar ou vai preferir escutar a  
442 empresa e a Supram, para depois avaliar?” Presidente Breno Esteves  
443 Lasmar: “Exatamente. Eu quero ouvir os representantes da empresa, ouvir a  
444 fala da Supram, apresentar os esclarecimentos, para que possamos, em  
445 conjunto aqui, ter informação suficiente para decidir esta matéria.” Conselheiro  
446 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “Tudo bem, nada contra a cautela.  
447 Só que nós sabemos que o pedido de diligência não é objeto de votação.  
448 Então, a decisão é do senhor, não é nossa.” Presidente Breno Esteves  
449 Lasmar: “A decisão imediata sobre o pedido de diligência pode ser tomada. O  
450 que eu gostaria é que nós pudéssemos ouvir as partes que estão aqui  
451 presentes para, quem sabe, alguns esclarecimentos adicionais possam ser  
452 feitos e esclarecerem dúvidas que foram levantadas. Pode ser uma forma de  
453 conduzirmos.” Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “Eu não  
454 sou contra o encaminhamento. Eu acho, inclusive, que tem sentido, sim, o que  
455 o senhor está falando de ouvir para avaliar. Eu não estou questionando isso.  
456 De qualquer maneira, o que eu quis deixar claro é que, no momento que o  
457 senhor achar adequado, o senhor deve deliberar sobre o pedido de  
458 diligência.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Senhores, eu tenho na nossa  
459 lista de inscritos uma série de pessoas, que acredito que sejam também os  
460 próprios representantes da Herculano. Então, eu peço para que se aproximem  
461 e possam fazer seus esclarecimentos.” Armando Lima, da Herculano  
462 Mineração: “Boa tarde a todos. Nós temos dois anos e três meses de muitos.  
463 Desde o nosso evento, nós fomos muito proativos e estamos muito tranquilos  
464 em passar aos senhores todas as dúvidas que foram expostas aqui. Por isso,  
465 nós trouxemos o nosso corpo técnico, e eu tenho certeza de que essas  
466 dúvidas serão sanadas aqui hoje.” Marcelo Mendo Souza, da Herculano  
467 Mineração: “Eu vou ser bem breve, no nosso tempo regimental, pedindo

468 apenas a oportunidade aos conselheiros de que a empresa possa, realmente,  
469 fazer os devidos esclarecimentos de algo que foi suscitado aqui na matéria.  
470 Reconhecemos a preocupação da nobre conselheira doutora Teresa, da  
471 doutora Andressa, que eu queria fazer aqui, em nome dos advogados da OAB  
472 que militam aqui, as boas-vidas aqui na Câmara. Mas eu acredito que, se os  
473 esclarecimentos puderem ser feitos, nós temos condição, sim, de apreciar a  
474 Licença de Instalação Corretiva, que é algo em que nós estamos pensando  
475 aqui agora. O primeiro comentário é que as questões do acidente que foram  
476 levantadas pela doutora Teresa e mesmo no parecer do Ministério Público,  
477 nós entendemos, aqui pela Herculano Mineração, em todo o procedimento  
478 administrativo que foi levantado, que gerou o Parecer Único da Supram, estão  
479 muito bem esclarecidas, e que nós estamos aqui à disposição, exatamente,  
480 para tirar qualquer dúvida a respeito dos pontos que foram levantados. Nós,  
481 via Mineração Herculano, tivemos a oportunidade de mandar para todos os  
482 conselheiros nossas ponderações por e-mail e com documentos relativos às  
483 questões que foram suscitadas tanto no parecer do Ministério Público quanto  
484 no parecer do Fonasc. Mas para que isso possa ocorrer da forma mais rápida  
485 possível, dentro do nosso tempo regimental, o que nós pretendemos fazer  
486 aqui agora? Primeiro, a empresa cuidou, sim, na minha visão e na visão dos  
487 técnicos da empresa, do momento do acidente. Mas não vamos diferenciar o  
488 que foi o acidente da Licença de Instalação Corretiva, que objeto de  
489 apreciação pelo Conselho hoje. Essa questão do acidente levantada... Nós  
490 estamos falando de uma época de princípio da precaução. Foram,  
491 exatamente, conduzidos pela empresa, foram feitas obras emergenciais  
492 acerca desses dois anos e quatro meses. Essas obras emergenciais já  
493 geraram TACs com o Ministério Público. Eu vou passar a palavra ao doutor  
494 Wilfred Brandt, porque a Brandt Meio Ambiente foi a empresa que cuidou,  
495 naquela ocasião, dessas medidas emergenciais, e dessas questões relativas  
496 ao acidente e dos vazios que foram levantados aqui, que pode dar a  
497 segurança quanto a esse aspecto que foi colocado. Quanto à questão do  
498 parecer do Ministério Público, exatamente, essa questão do dano ambiental,  
499 eu acho que também a doutora Andressa está hoje assumindo uma postura,  
500 mas eu tenho certeza absoluta de que nós também temos esclarecimentos  
501 suficientes, tanto ao Ministério Público quanto aqui no processo, para que  
502 esse assunto seja devidamente esclarecido aqui neste momento. O que eu  
503 quero alertar, eu finalizo a minha frase da seguinte forma: o acidente ocorreu,  
504 não vamos comparar esse acidente com o acidente da Samarco. Isso, para  
505 mim, é uma impropriedade enorme, são duas coisas completamente  
506 diferentes. Primeiro que o acordo que foi feito com o Ministério Público se  
507 refere a um descomissionamento dessas barragens. Nós não estamos falando  
508 de reutilização de barragem nem nada dessa forma. Então, esse é um  
509 aspecto que eu gostaria de alertar. Segundo, o que nós estamos falando é de  
510 uma Licença de Instalação Corretiva de melhorias ambientais que foram

511 exigidas pelo órgão ambiental do Estado de Minas Gerais, porque o primeiro  
512 pedido que foi feito foi de Licença de Operação Corretivo, e o Estado  
513 entendeu em reorientar esse procedimento para uma Licença de Instalação  
514 Corretiva, em uma área que era a área que utilizamos para fazer essas  
515 melhorias necessárias. O que ocorreu, digo, não mais princípio de precaução  
516 e, sim, princípio da prevenção, que é a base da questão administrativa. É do  
517 que nós estamos precisando, dessa Licença de Instalação Corretiva, para  
518 prevenir. E é esse o objetivo que eu vou passar agora, rapidamente, ao doutor  
519 Wilfred Brandt. E em seguida a empresa Geomil vai esclarecer, ponto a ponto,  
520 as questões dos pareceres que foram levantados. Eu pediria ao senhor  
521 presidente, exatamente, a oportunidade para que os técnicos possam  
522 esclarecer. E nós vamos todos aqui ficar à disposição para responder todo e  
523 qualquer questionamento. E entendemos que o Parecer Único é muito  
524 consistente, e cabe, logicamente, a quem fez o Parecer Único, defendê-lo, e  
525 não a nós, empreendedores. Mas o fato é que a empresa se sente  
526 confortável, segura no pedido que fez. E, mais do que isso, ela precisa dessa  
527 LIC para, efetivamente, andar.” Wilfred Brandt, representante da consultoria:  
528 “Nós fomos contratados, no momento do acidente, para acompanhar esse  
529 processo tanto sob o ponto de vista do salvamento que foi feito lá e da  
530 recuperação e também do controle daquelas ações que estavam  
531 acontecendo. E logo a seguir também demos prosseguimento ao estudo. A  
532 humanidade trabalha errando e acertando. Os acidentes, geralmente, nos  
533 trazem informações novas, e esse acidente, especificamente, foi muito  
534 importante para aprendermos muita coisa sobre o Quadrilátero Ferrífero, mais  
535 especificamente sobre a região chamada Sinclinal Moeda. Como a Maria  
536 Teresa, a Teca, falou, nos assustou, de repente, encontrarmos sismos que  
537 estão se repetindo bastante nessa região, nos assustou encontrar um carste  
538 encoberto, um carste que não era visível e que pode, inclusive, estar em  
539 muitos outros lugares desse Sinclinal Moeda e quiçá de todo o Quadrilátero  
540 Ferrífero. Esse aprendizado foi muito importante. Em um primeiro instante,  
541 nós atuamos sobre o princípio da precaução, aquele princípio que diz: ‘Se  
542 você não tem conhecimento sobre alguma coisa, então, não a faça’. Esse  
543 princípio da precaução fez com que, inclusive, as atividades que estavam  
544 sendo desenvolvidas ali tivessem uma série de ressalvas, entre elas, até um  
545 comunicado da própria Herculano de que poderia haver novos rompimentos  
546 nessas barragens, o que até hoje ainda está em aberto. Em segundo lugar,  
547 nós atuamos depois para eliminar o princípio da precaução e ir para o  
548 princípio da prevenção. Ou seja, depois que você conhece profundamente a  
549 questão, então, vai para a prevenção. De que maneira temos que prevenir  
550 novos problemas ou novos acidentes? Então, nós fizemos um estudo, que  
551 demorou bastante, foi quase um ano de trabalho. Depois disso, ele  
552 prosseguiu, e hoje já são quase dois anos. Exatamente, foram identificadas  
553 essas cavernas, uma série de riscos geológicos, e fizemos o mapeamento de

554 risco dessa área. A partir da hora em que nós tomamos o conhecimento  
555 adequado desse ambiente, o nosso plano recomendou a retirada de todo esse  
556 material de cima dessa zona de risco. Ou seja, de uma forma até meio fora do  
557 normal dentro de um processo como esse, dentro do Quadrilátero e tudo, a  
558 nossa recomendação foi: 'Retire esses milhões de toneladas de rejeitos que  
559 estão aqui.' Isso por se tratar de uma zona de risco. Porque nós passamos a  
560 entender, e a prevenção, nesse caso, é retirar isso daqui. Agora,  
561 evidentemente, para se retirar isso daqui, tem uma série de coisas, tem  
562 procedimentos, equipamentos adequados e tem que ter um local para colocar  
563 isso. Então, foi definido outro local, não aqui, não na zona de risco, mas, sim,  
564 em uma zona segura, já licenciada, e não na forma mais de barragem, mas,  
565 sim, de rejeito seco, empilhado, que é a área da própria Vale do Rio Doce,  
566 onde ela hoje deposita estéril. Então, no meu entendimento, trata-se de um  
567 processo que pode virar um grande modelo, até porque ele induziu uma série  
568 de inovações. O uso de equipamentos para secar rejeito e transformar isso  
569 em rejeito seco, para ser empilhado. Coisa que pode virar uma grande fonte  
570 de informação e de referência para todo o Quadrilátero. Eliminação de  
571 barragem, e ao mesmo tempo o processo é para retirar essas barragens e  
572 transformar essa área em uma área livre e recuperada, exatamente para que  
573 não haja mais essa sobrecarga dessas toneladas que estão ali em cima dessa  
574 zona cárstica e dessa zona de risco sísmico. Existe, evidentemente, uma série  
575 de salvaguardas que têm que ser adotadas, e elas estão escritas no nosso  
576 plano diretor. Entre elas, o monitoramento muito cuidadoso, que está lá  
577 especificado, com muita piezometria, com muito controle geotécnico. E a outra  
578 salvaguarda colocada lá é que tenhamos certeza de que esse tipo de  
579 operação seja conduzida por profissionais legalmente habilitados, que façam  
580 parte do corpo técnico CLT da empresa. Ou seja, que a empresa tenha um  
581 geotérnico especializado em barragem, que a empresa tenha engenheiro de  
582 minas e tudo o mais. Então, essas foram as nossas recomendações, que  
583 estão dentro do plano. Essas recomendações, eu acredito que tenham sido,  
584 devidamente, incorporadas no processo de licenciamento. Porque o nosso  
585 trabalho não foi o de licenciamento, foi o de estudo, e esses estudos foram  
586 bastante conclusivos a respeito dessa obrigação, que, a meu ver, inclusive, a  
587 empresa acabou tomando também como acordo com o Ministério Público  
588 também." Presidente Breno Esteves Lasmar: "Senhores, apenas como  
589 esclarecimento, nós temos aqui sete pessoas inscritas em nome da  
590 Herculano. Pela regra regimental, nós temos 5 minutos para cada um fazer  
591 sua manifestação, o que nos gerará um prazo suficiente para que possam  
592 apresentar. Em seguida, nós temos outras pessoas inscritas também para se  
593 manifestar sobre o item da pauta. Então, eu vou pedir para que possamos  
594 calcular o prazo de 30 minutos, adicional, para que vocês possam fazer suas  
595 exposições, uma vez que nós temos um número suficiente para isso."  
596 Gustavo, engenheiro de minas, da equipe da Geomil: "Boa tarde, eu faço

597 parte da equipe da Geomil que coordenou e conduziu os estudos de  
598 licenciamento. E já agradeço, antecipadamente, esse prazo de 30 minutos,  
599 que, efetivamente, é necessário para esclarecermos de forma que fique  
600 evidenciado que as questões levantadas encontram respostas no próprio  
601 processo e que a isso pode ser dada continuidade. O primeiro ponto que eu  
602 acho que é importante e que foi um desafio da equipe de licenciamento foi o  
603 da elaboração de um empreendimento que pudesse ser licenciado de forma a  
604 minimizar o impacto desse empreendimento e que se implantasse um  
605 empreendimento que pudesse se tornar, inclusive, uma referência em  
606 recuperação ambiental, em operação. Então, basicamente, essa  
607 apresentação aqui está com foco bastante amplo nos questionamentos, mas o  
608 início dela é entender o empreendimento. Diversos conselheiros puderam  
609 estar conosco lá no local. Nós estamos falando da Herculano Mineração. Para  
610 quem não sabe, a Herculano Mineração está às margens da 040. Em direção  
611 ao Rio de Janeiro, nós estamos mais ou menos a 40 ou 50 km. É uma área  
612 bastante próxima da região metropolitana. Temos uma imagem de satélite  
613 com um zoom da região. À direita, está a região denominada Retiro do  
614 Sapecado. Essa é a região da conhecida mina do Pico. Então, a mina da  
615 Herculano e a mina do Pico (a mina da Vale), na verdade, se confundem, elas  
616 se constituem, na verdade, quase que como um empreendimento único. É  
617 difícil, inclusive, para quem não conhece definir, exatamente, onde está a  
618 mina da Herculano e onde está a mina do Pico, da Vale. Então, é uma mina  
619 absolutamente integrada à mina da Vale, e a intenção é retomar as atividades  
620 de lavra que vinham sendo realizadas, historicamente, para tirar minérios  
621 itabiríticos. Esse material segue para uma região que está à esquerda, que é  
622 a região do Tanque Seco. Na região do Tanque Seco, não tem atividade de  
623 lavra. O que tem na região do Tanque Seco? A instalação de beneficiamento,  
624 as instalações de apoio e as barragens de rejeitos, que vão ser objeto de  
625 retomada, objeto de um descomissionamento, reduzindo seu volume. Então,  
626 nós estamos falando que vão para a instalação de beneficiamento essas  
627 linhas laranjas. Após o beneficiamento, o rejeito, devidamente desaguado,  
628 retorna para a região do Sapecado, para uma pilha, conforme amplamente  
629 apresentado no Parecer Único. O primeiro ponto que eu queria destacar. Isso  
630 demandou bastante esforço da equipe de engenharia da empresa. Não irá  
631 ocupar áreas novas. O empreendimento retorna de forma otimizada, mas não  
632 inclui um hectare de desmate. Isso é muito importante, isso não foi fácil de ser  
633 realizado. Enfim, foi possível fazer. O empreendimento não irá utilizar as  
634 barragens de rejeitos. Então, as barragens de rejeitos que nós estamos  
635 discutindo não voltarão a ser utilizadas. Ao contrário, elas vão ser  
636 descomissionadas. Isso foi uma recomendação do plano diretor e uma  
637 exigência dos acordos com o Ministério Público. Então, nós estamos  
638 atendendo, rigorosamente, o que foi combinado, o que vem sendo combinado  
639 pela empresa ao longo desses dois anos de processo. O beneficiamento vai

640 ser otimizado, e isso era muito importante porque, para a empresa voltar, uma  
641 das premissas básicas era a seguinte: temos que gerar o mínimo de rejeito ou  
642 de resíduos no nosso processo. Então, o processo, para retornar, tem que ser  
643 mais eficiente do que era antes dos eventos de 2014. Então, a LIC, o foco  
644 principal dela é realizar as modificações na planta de beneficiamento para que  
645 o empreendimento possa cumprir todos compromissos que ele já vem  
646 assumindo. E o segundo ponto é filtrar tanto os produtos como o rejeito. Isso  
647 são diversas vantagens, isso está amplamente discutido nos estudos  
648 ambientais. Mas uma das vantagens que eu acho que fica muito evidente para  
649 todo mundo é que a recuperação de água passa a ser da ordem um pouco  
650 mais do que 92%. Porque quando estou filtrando, a água que eu perco no  
651 processo é basicamente a água que está aderida aos produtos e aos rejeitos,  
652 é a umidade daquele material. Então, eu reduzo, substancialmente, as perdas  
653 de água no processo. Essa recuperação de água antes dessa modificação, no  
654 caso da Herculano, era da ordem de 70%. Dá para ver que a modificação é  
655 bastante substancial. O rejeito passa a ser disposto a seco, em pilha. É claro  
656 que nós não vamos entrar aqui em uma discussão técnica, aprofundada, de  
657 geotecnia. Mas, basicamente, os rejeitos de minério de ferro têm  
658 características geotécnicas de areia, e as areias têm comportamento  
659 diferenciado quando estão em estado fofo e quando estão em estado  
660 compacto. E isso muda tudo. A areia em estado fofo tem um comportamento  
661 reológico, tem uma resistência. Dá para vocês imaginarem como uma areia  
662 fofo se comporta, mesmo não sendo especialistas em geotecnia. Já o material  
663 disposto a seco em pilha permite que você dê um grau de compactação que  
664 vai fazer com que o comportamento reológico seja melhor, a resistência dos  
665 materiais seja melhor. Então, nós estamos falando em algo que é muito  
666 melhor do que a disposição em barragem. E, por fim, destacar que, após o  
667 descomissionamento, as barragens hoje, que contam com volume, integradas,  
668 da ordem de 5 milhões de metros cúbicos, passem a contar com 20 a 25%  
669 desse volume. Isso é evidente para qualquer um, quanto menor o volume,  
670 menores os riscos. E aí nós estamos cumprindo, exatamente, as demandas  
671 de todos os acordos e do plano diretor. Eu vou passar a apresentar, ponto a  
672 ponto, os questionamentos. É evidente que em um processo desse, um  
673 processo bastante complexo... Nós já participamos de diversos processos de  
674 licenciamento e, provavelmente, esse tenha sido o processo em que houve o  
675 maior número de cobranças e o maior número de questionamentos. E hoje  
676 nós agradecemos esses questionamentos porque, felizmente, todos os temas  
677 que foram levantados podem ser encontrados em toda a documentação. São  
678 16 volumes hoje no processo, é um processo bastante extenso, com muitas  
679 informações. Uma questão que foi levantada pelo Ministério Público é sobre a  
680 apresentação do Plano de Fechamento de Mina. A resposta é 'sim', o Plano  
681 de Fechamento de Mina foi apresentado. Ele é um programa que integra o  
682 Plano de Controle Ambiental. Evidente que isso faz todo o sentido, porque o

683 Plano de Fechamento de Mina deve ser um dos objetivos de um  
684 empreendimento bem conduzido. Existe um programa específico, que é o  
685 programa 14, que está no PCA. Em segundo lugar, a empresa está se  
686 comprometendo, a cada renovação, a apresentar uma atualização desse  
687 plano de fechamento. É claro que a legislação ambiental, a legislação de  
688 fechamento pode mudar, então, é necessário, de fato, que sempre que haja  
689 uma renovação esse tema seja revisitado, e para que se possa incorporar  
690 qualquer inovação. É claro que não queremos um processo estanque, nós  
691 queremos que o processo vá se atualizando. O segundo ponto levantado foi  
692 com relação a alguns impactos da fauna, e a principal questão era uma  
693 discussão sobre apresentação ou não de curvas de rarefação. Eu também  
694 não vou entrar na minúcia da questão, mas acho importante vocês  
695 entenderem o seguinte. Foi seguido, exatamente, o que recomenda a  
696 Instrução Normativa do Ibama, que a estabilização do que nós chamamos de  
697 curva do coletor. A dúvida que permanecia era se o esforço amostral foi  
698 suficiente para que fosse qualificada a fauna daquela região. E o que  
699 aconteceu no presente caso? O principal questionamento é com relação a  
700 mastofauna. Depois de uma semana de monitoramento, ao longo de uma  
701 semana, foram encontradas espécies novas. A partir daí, passaram-se mais  
702 oito dias procurando novas espécies, mas parou-se de encontrar espécies.  
703 Passaram-se oito dias, e não foram encontradas mais espécies. Houve a  
704 plena estabilização da curva do coletor. Na verdade, todo método tem suas  
705 vantagens e suas fragilidades. O que a equipe técnica usou foi um estimador  
706 chamado Jackknife. A curva de rarefação, para ser sincero para vocês,  
707 confirma ainda mais que a campanha é uma campanha de qualidade. O  
708 importante é: houve a estabilização da curva do coletor em completo acordo  
709 com o que estabelece a IN do Ibama. Não obstante essa questão, é claro que  
710 é fundamental entender que não existe intervenção em novas áreas. É claro  
711 que esse tema é mais pesado ainda em empreendimentos que vão intervir, de  
712 forma efetiva, na flora e, claro, na fauna. Trata-se de um empreendimento que  
713 está ocupado, em que não há modificação do uso e ocupação. Mas houve  
714 uma preocupação da equipe elaboradora e da equipe da Supram de que seja  
715 iniciada, já de imediato, uma campanha de monitoramento de fauna. Essa  
716 campanha de monitoramento de fauna, evidentemente, vai dirimir qualquer  
717 dúvida com relação às questões de fauna. É importante reconhecer também  
718 que o que se encontrou em termos de mastofauna... É muito difícil o encontro  
719 de mastofauna. De todos os grupos de fauna, é o mais difícil de você observar  
720 na prática. Normalmente, você observa indícios. Mas o que se encontrou é  
721 bastante consentâneo com o que tem na região. É uma região com muitas  
722 fazendas, campos extensos, plantios de eucaliptos enormes. Então, quando  
723 houve o questionamento por parte do Ministério Público, o que nós  
724 entendemos é que, sim, a campanha é de boa qualidade e defensável. A  
725 inserção do empreendimento em unidade de conservação: esclarecer que já

726 existe um acordo entre o Ministério Público, a Estação Ecológica de Arêdes e  
727 o empreendedor, na forma de um termo de ajuste de conduta. Esse termo de  
728 ajuste de conduta estipula um prazo de 21 anos para uso daquela região.  
729 Então, eu acho esse é um ponto importante. No processo, consta anuência do  
730 próprio Arêdes. Eu também acho muito importante isso. E há um ganho  
731 efetivo para o Parque do Arêdes, seja em forma de benfeitorias das  
732 compensações, seja pelo descomissionamento, que, de forma efetiva,  
733 melhora a Estação Ecológica de Arêdes. Questão de segurança de barragens:  
734 como engenheiro de minas e responsável por algumas barragens, eu digo  
735 para vocês que não é uma vida muito fácil, não é uma profissão que dá para  
736 se invejar. Mas, primeiro, existe um capítulo no PCA, o programa 3, um  
737 programa que tem mais ou menos 500 páginas. Foi feita análise de tensão  
738 deformação, análise de percolação, análise de estabilidade, para mais de 20  
739 sessões. Isso tudo baseado em sondagem, geofísica, estudos de traçadores e  
740 em uma série de outras, um compêndio de informações bastante relevante,  
741 que está também incluído no processo. E é importante destacar que vem  
742 sendo, sim, atendida a legislação. Existe uma questão sobre se existem os  
743 documentos que estão identificados na 62. Existem os da 62, da 87, da 124.  
744 Foi feita, recentemente, auditoria extraordinária. Então, vem sendo cumprido.  
745 E é importante destacar: a todo momento, nós reconhecemos que o trabalho  
746 não se encerra mesmo havendo um compêndio de informação bastante  
747 importante. Então, a Herculano deverá continuar o monitoramento, deverá  
748 continuar fazendo campanhas de sondagens, tudo para que esse  
749 conhecimento sempre possa ser incrementado. Não porque ele é ruim, mas  
750 porque sempre precisamos avançar em questões de geotecnia. A questão da  
751 disposição da pilha na área da Vale é um pilar do próprio processo, para que  
752 você consiga não impactar áreas novas e utilizar uma área que é,  
753 absolutamente, segura do ponto de vista geológico. Então, é um dos pontos  
754 fundamentais. Evidentemente, isso faz parte do processo, do procedimento  
755 em análise. Agora, eu vou passar a responder alguns dos questionamentos do  
756 Fonasc. Uma das questões é sobre a continuidade de carreamento de  
757 material, do vórtex aberto na B4. Temos uma foto panorâmica, que foi tirada  
758 há mais ou menos 30 dias. Já tinham iniciado essas chuvas mais intensas. A  
759 barragem B4, o vórtex nessa posição. E foi realizado um serviço de drenagem  
760 bastante efetivo para que aquela região não receba nenhuma contribuição. A  
761 não ser a água que chove exatamente sobre aquele local, todas as drenagens  
762 estão cortadas, então, não existe nenhum tipo de contribuição extra, atual.  
763 Sobre o dano irreversível em cavidades, em que pese alguma discordância –  
764 nós, juntamente com o Igor, que foi o técnico responsável por isso – sobre  
765 essas questões, a empresa não se furtou a realizar todas as compensações  
766 que estão definidas em lei. Então, nós acreditamos que esse ponto se encerra  
767 nessa questão. Por fim, sobre os danos do evento ocorrido no dia 10 de  
768 setembro. É claro que a Geomil sempre faz referência aos estudos da Brandt,

769 por serem ótimos estudos, mas, na verdade, quem fez a análise do dano  
770 provocado a jusante foi a Brandt. Não foi a Geomil. A Geomil fez a  
771 investigação, mas com o fim de licenciamento. O que se verificou, realmente,  
772 e quem acompanhou o acidente viu que a maior parte do material ficou,  
773 felizmente, contida nas barragens B2 e B3. Mas esclarecer que, primeiro, o  
774 rejeito da Herculano é gerado a partir de britagem, peneiramento,  
775 concentração magnética e espiral. Então, no processo não há nenhum tipo de  
776 modificação química do material. Então, o material é inerte no solo,  
777 permanece inerte como rejeito. Então, o rejeito não traz nada além do que ele  
778 já tinha naturalmente. É realizado monitoramento de água no ribeirão do Silva.  
779 O ribeirão do Silva é classificado como classe 2, mas o que nós vimos  
780 observando, ultimamente... Esses relatórios de monitoramentos estão todos  
781 protocolados na Supram. Claro, se houver alguma dúvida, eles podem ser  
782 consultados. Mas o que está havendo é a saída de água da Herculano, o que  
783 está havendo é uma melhora da qualidade de água, em particular, aqueles  
784 pontos que poderiam indicar, por exemplo, aporte de sedimento, como cor,  
785 turbidez. E estão muito abaixo dos limites para um ribeirão de classe 2. Por  
786 exemplo, a turbidez atual é da ordem de 10, enquanto o limite para a classe 2  
787 seria de 100. Então, o que nós estamos colocando é que existem informações  
788 e todas essas informações e que estou apresentando aqui constam nos autos,  
789 estão nos estudos ambientais. Nós entendemos a precaução de todos os  
790 envolvidos, mas consideramos que está tudo esclarecido e que ao processo  
791 possa ser dada continuidade. Eu agradeço pela oportunidade de falar.”  
792 Marcelo Mendo Souza, da Herculano Mineração: “O objetivo não é terminar a  
793 apresentação sem o esclarecimento. Como a doutora Andressa também  
794 comentou, além das questões no parecer dela, uma questão sobre uma  
795 decisão judicial que ela acabou de receber, de uma ação judicial, sobre a qual  
796 o meu ilustre colega está inscrito para falar, logo em seguida, eu queria  
797 apenas fazer um breve esclarecimento sobre essa ação, já que a conselheira  
798 levantou essa questão. Essa ação judicial, a empresa Herculano, ao comentar  
799 sobre ela aos conselheiros, essa discussão tem sido levantada em todos os  
800 foros referentes ao licenciamento dessa Licença de Instalação Corretiva, no  
801 que tange à obtenção das anuências tanto de Arêdes como das outras  
802 unidades de conservação envolvidas, como a APA Sul. Isso foi objeto de  
803 várias discussões anteriores a este Conselho. Eu queria esclarecer a todos os  
804 conselheiros o seguinte sobre isso. Eu não gostaria de entrar no mérito de  
805 uma ação judicial que já está em curso há muito tempo. Agora, quero  
806 esclarecer que trata-se de uma ação declaratória principal de obrigação de  
807 fazer, com obrigação de não fazer, que foi proposta após uma decisão liminar,  
808 inicialmente, concedida em uma ação cautelar preparatória, que foi proposta  
809 pela Genove Empreendimentos Ltda. e Paineiras Urbanização contra a  
810 Mineração Herculano. Essa ação teve uma liminar, sim, para a empresa  
811 continuar promovendo os monitoramentos de água daquela origem. Esses

812 monitoramentos estão aí nos processos, constantemente, como acabou de  
813 falar o meu colega técnico responsável pela parte, o doutor Gustavo. Mas o  
814 que está acontecendo nessa ação? Aí, o fato que meu colega vai ter condição  
815 de esclarecer, logo em seguida. Essa ação está em fase pericial, para se  
816 verificar exatamente esses parâmetros que estão sendo alegados. O que  
817 acontece? A Genove Empreendimentos e a Paineiras Urbanização são duas  
818 empresas empreendedoras que fizeram o empreendimento do loteamento que  
819 hoje é o Residencial Villa Bella. O Residencial Villa Bella tem hoje uma  
820 associação de moradores que, no processo judicial e no processo aqui  
821 também, já emitiu uma declaração de que – a presidente da associação – a  
822 empresa deixou claro que ‘entende a importância da reabertura da  
823 mineradora, principalmente para as comunidades de Moeda e Belo Vale’ e  
824 que acredita, claramente, na relação com a empresa. ‘Acreditamos que a  
825 direção da mineração agirá com todo respeito à lei e à comunidade, e nos  
826 solidarizamos com os senhores. Esperamos que a Mineradora Herculano  
827 possa, daqui para a frente, ser exemplo para várias outras instalações, com  
828 novas técnicas de segurança e respeito.’ Eu estou comentando isso por quê?  
829 Primeiro, deixar muito claro que esse assunto judicial refere-se a uma questão  
830 de interesse privado e não de interesse público. Por quê? A Genove  
831 Empreendimentos e a Paineiras são o consórcio fundador daquela que, na  
832 ocasião, instalou e estava em fase de testes durante a ocasião do acidente,  
833 em 2014, uma captação que está hoje sendo operada pelo SAAE de Itabirito.  
834 Digo mais, o próprio SAAE, na ação judicial, já declarou – isso tudo está no  
835 processo aqui – que ‘o sistema de abastecimento de água’ – inclusive, a  
836 captação feita pelos empreendedores antes da época do empreendimento –  
837 ‘já foi assumido pelo SAAE de Itabirito’ e que ‘o condomínio dispõe de uma  
838 captação de água bruta, no ribeirão do Silva, e de uma estação de tratamento  
839 de água com capacidade para tratar 27 mil litros por hora’. Inclusive, esse  
840 documento está publicado no site do SAAE. Esclarece que ‘o SAAE analisou  
841 a qualidade das águas do ribeirão do Silva – isso é uma declaração de  
842 20/4/2016 – e comprovou a capacidade de tratamento da estação de  
843 tratamento de água. Feito isso, certificada a sua qualidade.’ O SAAE, então,  
844 certifica a qualidade da água que está sendo lá hoje, como bem colocado pelo  
845 Gustavo. Terceira situação: desde a época do acidente de outubro, como o  
846 doutor Wilfred Brandt falou aqui, naquele plano regencial, em todos os  
847 projetos, a quantidade de índice de monitoramento sobre essa água é  
848 enorme. Isso será demonstrado na perícia judicial daqueles autos. Então, eu  
849 fecho esse esclarecimento apenas e tão somente, não no meio deste  
850 Conselho, para deixar claro que a Herculano Mineração entende que está  
851 cumprindo todas as suas obrigações. A Herculano Mineração deixa muito claro  
852 que não vai usar o meio ambiental ou o processo de licenciamento ambiental  
853 para resolver um problema de ordem privada, em que empreendedores  
854 desejam hoje resolver um problema de captação de água em benefício

855 próprio, privado, que eles querem é resolver um problema que não resolveram  
856 para os seus moradores de Villa Bella. É essa a nossa posição. Esclareço e  
857 encerro a apresentação da Herculano deixando claro a todos vocês que  
858 estamos aqui para esclarecer qualquer dúvida adicional, mas que estamos  
859 confiantes no trabalho que foi desenvolvido pela empresa nesses dois anos e  
860 quatro meses. A empresa precisa começar, claramente, a desativação dessas  
861 barragens, isso volta ao princípio da prevenção, e, efetivamente, contamos e  
862 esperamos que tanto a doutora Andressa, como a doutora Teresa, como os  
863 pareceres que pedem para converter o julgamento em diligência, que o  
864 presidente não acolha essa posição, porque a empresa não tem mais como  
865 esperar. A empresa tem 48 empregados, dos seus 580 originais, tem seus  
866 contratos para cumprir, e entende que forneceu toda a documentação e tudo  
867 que foi exigido dela de lá até agora. Não acho crível que a empresa possa  
868 esperar mais. Nós achamos que o que fizemos no processo é suficiente, e  
869 estamos querendo discutir todo e qualquer ponto que seja feito aqui. Então,  
870 pedimos aos conselheiros que visitaram, que conhecem que realmente votem  
871 e, por favor, concedam essa Licença de Instalação Corretiva, de melhoria, que  
872 vai ser objeto ainda de uma Licença de Operação, posterior. Então, vamos  
873 deixar claro o que nós estamos fazendo aqui. Não vamos começar a confundir  
874 o que foi acidente com o objeto do que está sendo pautado aqui hoje, e  
875 vamos dar condições à empresa de retomar as suas atividades, porque isso  
876 não é necessário só para a empresa, mas não é necessário para o meio  
877 ambiente, pelo princípio da prevenção, como bem foi colocado, e eu acho que  
878 os técnicos podem dizer isso mais do que nós. Eu acho que os órgãos  
879 ambientais aqui, principalmente, a Supram, exigiram muito de nós, e nós  
880 estamos aqui confiantes de que essas exigências são mais do que suficientes  
881 para termos um leading case, e isso ser um exemplo para a mineração  
882 brasileira. É a nossa esperança. Obrigado pela atenção, e desculpem o  
883 excesso de informações nesse curto tempo de prazo que nos foi dado.  
884 Obrigado.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Senhores, nós temos aqui  
885 duas pessoas inscritas. O senhor Benedito Ferreira Rocha está presente? O  
886 senhor tem o tempo de 5 minutos para poder se manifestar sobre o item  
887 solicitado.” Benedito Ferreira Rocha, membro da plateia: “Eu gostaria de  
888 corrigir, porque me identifiquei como sendo Villa Bella, e pode haver um  
889 impasse depois de algumas palestras. Porque eu fui autorizado pelo diretor de  
890 Meio Ambiente do Villa Bella, Demóstenes, a me manifestar, mas me parece  
891 que estão precisando ainda de se encontrar Villa Bella, SAAE e a Herculano.  
892 Eu estive em uma visita, substituindo a Teca, e foi maravilhoso. Eu achei  
893 surpreendentes as modificações que serão feitas, principalmente, para mim,  
894 que sou de Raposos, que estou sob ameaça de uma barragem de rejeitos de  
895 200 m de altitude, para 22 milhões de toneladas; que é da Vale. E saber que o  
896 rejeito vai ser seco, saber das medidas que serão tomadas é interessante.  
897 Pena que talvez a Vale não vai conseguir fazer isso. Mas eu estou aqui pelo

898 seguinte. Eu peço desculpas se estou aqui às vezes de desmentido. Eu não  
899 estou em nome do Condomínio Villa Bella, eu estou como um técnico, ex-  
900 funcionário do Villa Bella, que foi responsável pelo sistema de tratamento de  
901 água. Eu fui obrigado a me demitir devido às condições em que ficou aquele  
902 manancial. Só resumindo, quando houve o acidente, nós procuramos a  
903 Brandt. A Brandt tinha o monitoramento desde janeiro de 2014, bem-feito,  
904 mas só que os metais que eram analisados eram só ferro e manganês. Só  
905 que, em setembro e outubro, quando houve o acidente, não apresentaram o  
906 resultado. Aí, nós falamos 'nós precisamos saber dos resultados,  
907 principalmente, de outros metais'. Eu quero deixar claro para todo mundo que  
908 mexe com barragem para não ficar nessa ilusão de que os rejeitos dessas  
909 mineradoras só têm ferro e manganês. Nós detectamos cromo, chumbo,  
910 cádmio, vanádio, bário, zinco, níquel e até urânio, em proporções que não  
911 sabemos identificar se o resíduo está dentro ou está fora. Mas são proporções  
912 elevadas, como o alumínio, não só ferro e manganês. Então, preocupados,  
913 porque a Brandt não apresentou para nós os resultados, inclusive, do dia do  
914 acidente, e nos outros só ferro e manganês, solicitamos a ela uma análise  
915 completa. Ela fez, sim, uma análise completa, pela Geosol – está aqui –, o  
916 mais rápido possível, e a água apresentou-se dentro dos padrões, sim. Mas  
917 não ficamos satisfeitos ainda e recorremos à Geosol solicitando análise do  
918 resíduo e análise de uma toxicidade crônica da água. A água teve toxicidade  
919 crônica positiva, na época, e teve os parâmetros dentro dos padrões, mas os  
920 resíduos, com os metais pesados. Podemos ver aqui o cromo, chumbo,  
921 vanádio, bário, zinco, níquel. Então, recorremos a dois renomados  
922 profissionais, o Marcos Vianna e o Pitela, e foi elaborado este trabalho. Este  
923 trabalho tem 550 páginas, um monitoramento de seis vezes. A Herculano,  
924 com toda a boa vontade, talvez nem sabe que tenha sido feito isso.  
925 Conclusão: a água apresentou, durante esse tempo todo, apenas de  
926 problemático, de muito problemático, a toxicidade crônica. A toxicidade é um  
927 parâmetro que a portaria recomenda, mas ele é utilizado para efluente  
928 industrial. A Copasa o usa nas ETEs para ver se aquele efluente já pode ser  
929 lançado no rio. É muito sério, e passou batida essa toxicidade crônica. Os  
930 outros parâmetros dos resíduos, o que a mineração fez? Era mês de agosto.  
931 O que os consultores fizeram? 'Nós podemos garantir agora a água para  
932 passar pela estação de tratamento', que é uma estação convencional, não  
933 preparada para esses metais solúveis. O problema do córrego do Silva é que  
934 a água não tem turbidez, igual foi falado, mas talvez seja até pior para  
935 solubilizar aqueles metais. Então, a estação não estava preparada. Eu não sei  
936 o que o SAAE fez nela agora. Então, o que nós fizemos? O parecer do  
937 Marcos Vianna e do Pitela recomendou aqui que, nos meses de outubro e  
938 novembro, fosse repetido esse trabalho, para ver se nesse período chuvoso  
939 estava havendo arraste. 'Condomínio, vocês vão ter condição? A Herculano  
940 vai auxiliar nisso'. Faltavam dois meses, e eu falei 'eu não posso mais me

941 comprometer a tratar dessa água'. Aliás, eu não coloquei em operação a ETA.  
942 'Vocês recorram ao SAAE, recorram a quem for de melhor direito.'  
943 Recorreram ao SAAE. Por consciência, eu estou aqui mais por consciência, já  
944 que o Condomínio Villa Bella parece que aprovou aqui. Eu estou entendendo  
945 isso. Por isso eles me pediram para vir. Houve várias críticas, inclusive, do  
946 caminhão-pipa, por exemplo. Vai me desculpar o pessoal da Herculano,  
947 porque nós somos muito bem recebidos, mas a Herculano falou que não  
948 houve dano nenhum à captação. Se não houve dano à captação, por que a  
949 Herculano abasteceu o condomínio em cinco meses com caminhão-pipa? E  
950 quando parou o consórcio está na Justiça requerendo a indenização, porque  
951 foi abastecido, praticamente, por quase um ano, por caminhão-pipa. Então, o  
952 condomínio tinha condição de repetir isso para sair do risco dos metais  
953 pesados? Não tinha. Foi quando eu fui obrigado a solicitar que se passasse  
954 para o SAAE. Por consciência, como eu estou aqui agora, eu já procurei o  
955 SAAE várias vezes, e eles não se manifestaram. Apesar de falarem assim:  
956 'Nós pegamos o condomínio, mas, se tiver algum problema, nós vamos  
957 deixar'. Chegaram a falar isso para mim em um seminário, nesses fóruns que  
958 têm por aí. Acontece o seguinte: e as análises? Vocês viram os metais, como  
959 estão? Nós estamos mandando para Goiás, e a Copasa e a Geosol estão  
960 aqui a 15 km. Então, eu acho necessário que chame o condomínio, o SAAE,  
961 'vamos sentar com a Herculano, porque eles estão abertos, sim'. Eu só não  
962 levantei essa questão lá, porque eu não fui lá para isso. Mas que sentem todo  
963 mundo, os conselheiros, para ver essa questão, que está ficando como  
964 sequela. Eu não concordo, audiência pública agora para licenciar deixando  
965 sequelas, porque a água é uma sequela. Fui claro? Qualquer coisa, eu estou  
966 à disposição. Muito obrigado." Representante da Paineiras Urbanização e da  
967 Genove Empreendimentos: "Boa tarde a todos. Doutor Breno, doutor André,  
968 nosso secretário Anderson Aguilar. Eu cumprimento, através dos senhores,  
969 todos os servidores do Sistema Estadual de Meio Ambiente. Eu quero  
970 parabenizar o conselheiro Ronaldo Vasconcellos pela extrema felicidade na  
971 abertura desta reunião. Foi de extrema lucidez. À doutora Andressa, eu  
972 desejo as boas-vindas e boa sorte nessa nova empreitada, porque  
973 competência eu sei que a senhora tem de sobra. A Teresa eu parabeno  
974 também pela dedicação. E aqueles conselheiros aos quais eu não faço uma  
975 referência de ordem pessoal, eu cumprimento a todos dentro da sua  
976 experiência e sensibilidade e da grandeza da responsabilidade de decidir em  
977 uma situação tão complexa como esta de hoje. Eu estou aqui fazendo uso da  
978 palavra. Eu sei que o nosso tempo está ali monitorado. Mas em razão da  
979 citação de ordem pessoal pelo colega representante da Herculano, eu peço  
980 equiparação de tempo dentro do princípio da isonomia. E prosseguindo dentro  
981 dessa questão eu gostaria de dizer o seguinte. Eu represento, sim, a  
982 Paineiras Urbanização e a empresa Genove. Elas não estão aqui como  
983 loteadoras do Condomínio Villa Bella. Elas ingressaram em juízo como

984 proprietárias de uma extensa gleba de terra ao longo da margem esquerda do  
985 ribeirão do Silva. Ribeirão esse que, durante um período extremo, ficou  
986 inviabilizado para captação de água para consumo público de comunidade.  
987 Dentro desse contexto, eu faço a seguinte pergunta. Faço das palavras do  
988 conselheiro Eduardo minhas. Dentro desse processo, nós teríamos como  
989 responder de plano se o coordenador ou gestor é servidor concursado do  
990 sistema? É um questionamento que fica. Esse seria um ponto. A outra  
991 questão que eu levanto é a despeito de ter sido dito que em todos os foros  
992 nós temos comparecido com o objetivo de confundir um procedimento  
993 administrativo com o procedimento judicial. Eu não posso concordar. Longe  
994 disso, muito pelo contrário. Mesmo porque quem insiste em descumprir as  
995 obrigações, ainda que indeferidas por ordenamento judicial dentro da  
996 Comarca de Itabirito, é a empresa. Isso porque ela tem resistido em todas as  
997 instâncias e perdido. A comprovação disso é o julgamento de mérito do  
998 agravo de instrumento no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. A  
999 ação está, sim, conforme foi dito, em fase de análise e de formulação de  
1000 quesitos, para a qual já foi aberto prazo para a empresa por duas vezes, e ela  
1001 ainda não apresentou seus quesitos. E eles estão lá. O que nós queremos  
1002 saber é o seguinte. Todo esse estudo apresentado pelo senhor Bené a  
1003 empresa se negou a fazer. Nós não estamos tratando aqui de parâmetros de  
1004 rotina e de ordem geral, como se fosse um caso comum, de uma mineração  
1005 comum, localizada em uma zona rural. Nada disso. Nós estamos aqui  
1006 tratando de um caso excepcional. Talvez as pessoas se esqueçam, mas  
1007 Minas Gerais teve cinco grandes catástrofes de ordem minerária e ambiental.  
1008 Na hora em que eu falo cinco, as pessoas vão para pensar quais são. Mirai,  
1009 Rio Pomba, Rio Verde, Macacos / Nova Lima, o caso de Mariana, recente, e  
1010 Itabirito / Herculano. E este licenciamento aqui acaba sendo a premiação do  
1011 infrator, porque uma coisa eu garanto aos senhores: o desassoreamento do  
1012 ribeirão do Silva no trecho que passa pelo terreno dos meus clientes, eles não  
1013 tiraram uma pá de lama sequer. E a lama subiu a altura considerável. A  
1014 empresa Virtual fez o relatório apresentado pelo Bené. O professor Marcos  
1015 Vianna, uma das maiores autoridades em recursos hídricos no Estado,  
1016 apresentou os parâmetros necessários à análise de potabilidade da água. A  
1017 empresa continuou se negando a fazer. E se ele foi feito, e a campanha feita,  
1018 pelo período que o técnico responsável pela operação testemunhou aqui,  
1019 foram os meus clientes que assumiram esses custos e despesas. E a nossa  
1020 ação, realmente, é obrigação de fazer e obrigação de não fazer. Porque a  
1021 única coisa que nós desejamos é que a empresa monitore a água do ribeirão  
1022 do Silva segundo os parâmetros indicados pelo professor Marcos Vianna, e  
1023 que ateste a segurança dos taludes daquilo que os senhores chamam de  
1024 Tanque Seco, o que nós não acreditamos que seja tanque seco. Só isso.”  
1025 Presidente Breno Esteves Lasmar: “Senhoras e senhores, eu vou pedir agora  
1026 para que os representantes da Supram Central possam apresentar novos

1027 esclarecimentos adicionais sobre a matéria.” Gustavo Azevedo Fontenelle, da  
1028 Supram Central Metropolitana: “Boa tarde a todos os conselheiros e  
1029 conselheiras, ao nosso presidente Breno. Eu gostaria, primeiro, de desejar  
1030 muito sucesso à promotora doutra Andressa. O doutor Mauro fez um trabalho  
1031 muito importante aqui. Nós sempre tínhamos um contato também com o  
1032 pessoal do Instituto Prístino, que presta serviço, e nós fizemos reuniões.  
1033 Então, nós vamos estar à disposição aqui. Eu estou como gestor desse  
1034 processo e acho que é importante contar um pouquinho dessa história. Eu  
1035 acho que foram muito produtivos todas essas falas, a apresentação e  
1036 questionamentos. Eu comecei como gestor desse processo há cerca de 20  
1037 meses, quase dois anos. A conselheira Teca fez os questionamentos aqui,  
1038 muito bem-feitos, e nós tivemos essa mesma preocupação dela, só que há  
1039 dois anos. Então, essa preocupação que ela levantou aqui é importante, e nós  
1040 tivemos também. Nós fomos a campo várias vezes, tivemos várias reuniões.  
1041 Eu vou voltar aqui rapidamente. Eu quero apresentar para vocês a equipe que  
1042 participou. Nós tivemos uma equipe multidisciplinar, a equipe se esforçou  
1043 muito. Esse parecer nos deu bastante trabalho, mas temos orgulho dele e  
1044 vamos explicar por que não faz sentido baixar em diligência. O Cláudio  
1045 Mesquita cuidou da parte de socioeconomia. Ele teve reuniões nas cidades,  
1046 com os prefeitos, sentiu a ansiedade da comunidade de Moeda. Em Moeda,  
1047 praticamente, tem dois lugares de emprego: na prefeitura ou, então, na  
1048 Herculano, que tinha, na época, cerca de 550 funcionários. O Rafael cuidou  
1049 da parte de outorga de água. A Michelle, bióloga, cuidou de toda a pasta  
1050 Verde. A Mariana e o Igor cuidaram da parte de espeleologia, e a Mariana,  
1051 especificamente, da parte de fauna. Depois da minha fala, ela vai vir aqui  
1052 também explicar um pouquinho sobre esse tema. Na área jurídica, a doutora  
1053 Constança, advogada, que foi a campo conosco, para interagir melhor. E as  
1054 duas diretoras: Adriana, nossa diretora técnica, e Elaine, diretora jurídica.  
1055 Voltando. Há um ano e meio, quase dois anos, nós entramos na Herculano,  
1056 fomos a campo, e houve essa preocupação. A partir de então, nós  
1057 começamos a fazer uma série de questionamentos. De fato, nós colocamos a  
1058 Herculano no paredão. Através dessas duas empresas, a Geomil e a Brandt  
1059 Meio Ambiente, nós começamos a fazer uma série de questionamentos,  
1060 como, por exemplo, uma grande preocupação nossa: quais os estudos seriam  
1061 necessários para se trabalhar, por exemplo, uma retomada de barragem.  
1062 Então, nós exigimos. A empresa já estava fazendo isso, mas nós exigimos  
1063 complementações nesses estudos e que esses estudos tivessem uma análise  
1064 integrada. Quem ler o parecer com carinho vai ver o seguinte. Tem uma etapa  
1065 lá do plano de retomada de rejeito. Até tem uma pergunta do Ministério  
1066 Público. Faltou a referência desse trabalho. Quem desenvolveu esse  
1067 trabalho? Esse trabalho foi desenvolvido por exigência da Supram e uma  
1068 resposta das empresas Geomil e Brandt. É a primeira vez que no Estado de  
1069 Minas Gerais um trabalho desse nível é feito: como retomar? Eu vou falar de

1070 forma bem simples. Tem a barragem de rejeito, em alguns pontos dessa  
1071 barragem tem uma cavidade em profundidade. Então, nós pedimos o  
1072 mapeamento de risco. Primeiro, foi apresentado pela empresa um  
1073 mapeamento superficial, que está no Plano Diretor. E nós pedimos um  
1074 mapeamento 3D. Da mesma forma que se trabalha em uma mina e faz a  
1075 solicitação, nós exigimos, pela primeira vez na Supram, que uma empresa  
1076 apresentasse como retomar uma barragem de rejeito. Então, essa retomada  
1077 vai ser feita dentro de um planejamento. De 5 em 5 metros, na medida em que  
1078 for baixando, serão apresentados novos estudos, porque o processo é  
1079 dinâmico. Não adianta achar que eu vou apresentar aqui hoje os estudos  
1080 completos. Não. Na medida em que a empresa for retomando a operação, ela  
1081 vai fazer novos ensaios geotécnicos. E isso foi apresentado. Para vocês terem  
1082 uma ideia, quando fizemos a apresentação, há um ano e meio, dois anos, o  
1083 estudo, que começou com dois volumes, hoje está com 16 volumes. Então,  
1084 não é pouca coisa. Para quem pediu vista e teve acesso a esse trabalho, deve  
1085 ter sido até difícil. E também tem muita engenharia. Eu sei que tem algumas  
1086 pessoas que, infelizmente, não acreditam na engenharia brasileira. Eu  
1087 acredito. Eu não acredito, às vezes, em algumas pessoas. Então, estudos de  
1088 geofísica. O que é geofísica? Você consegue enxergar em profundidade o  
1089 solo. Hidrogeologia, hidrologia, geotecnia, sondagens, coleta de amostras,  
1090 ensaios de tensão e deformação. Foi feita uma avaliação integrada. O  
1091 Gustavo da Geomil passou um aperto danado, e o Wilfred. Eles já tinham  
1092 apresentado um bom trabalho, e nós sabíamos que, em função dessa  
1093 situação, teríamos que exigir muito. É o que foi feito. Então, para essa fase de  
1094 LIC, nós temos um volume de estudos que jamais ocorreu aqui com outras  
1095 grandes empresas. Agora, qual também é a satisfação nossa? Não é só esse  
1096 plano de retomada. O Igor e a Mariana fizeram um trabalho belíssimo na parte  
1097 de geotecnia. Nós temos um novo decreto do Estado de Minas Gerais, que  
1098 faz uma valoração de cavidade. Doutora Andressa, a senhora está  
1099 inaugurando aqui com sorte: é o primeiro parecer que tem detalhada a  
1100 valoração de uma cavidade. Então, a Herculano, em função desse acidente...  
1101 Houve um afundamento, criou-se um vórtex, e foi impactada essa cavidade. E  
1102 o Igor e Mariana fizeram a valoração, um valor da ordem de R\$ 1,5 milhão,  
1103 que vai ser investido na unidade de conservação. Esse valor vai ser investido  
1104 em pesquisa sobre o assunto 'cavidades'. Eu queria registrar o esforço que  
1105 eles tiveram para fazer esse tipo de trabalho. Doutora Andressa, sobre a  
1106 questão de estudo de fauna, a minha colega Mariana vai falar com a senhora.  
1107 Com relação à questão de barragens, já tem um laudo de estabilidade de  
1108 barragem. Foi considerada estabilidade garantida junto à FEAM. Não é função  
1109 nossa, técnica, da Supram, garantir ou não, mas nós temos até acesso à  
1110 FEAM, interno. Então, hoje, o laudo geotécnico apresenta como garantida a  
1111 estabilidade. Agora, é importante falar também para todos que a Herculano  
1112 vai voltar sem usar barragem. Tem sido uma cobrança de todos os

1113 conselheiros aqui, tem sido uma voz nas reuniões, principalmente, depois do  
1114 acidente da Samarco. Teve a leitura de uma conselheira do Ibama falando. É  
1115 muito importante buscar alternativa. Então, a empresa buscou a alternativa,  
1116 investimento alto. É um negócio muito positivo, porque todo mundo começa a  
1117 dormir mais tranquilo. Existem barragens e barragem, existem gestores e  
1118 gestores, existem pessoas e pessoas. Mas esse investimento, realmente, tem  
1119 alguns ganhos ambientais importantes. Por exemplo, como o Gustavo  
1120 apresentou aqui, vai haver um aumento de recirculação de água. Eles  
1121 instalaram separadores magnéticos e filtros que permitem filtrar o fino do  
1122 minério, e esse fino, em vez de ser lançado na barragem, vai ser disposto na  
1123 pilha da Vale. Então, o primeiro ganho ambiental é a questão da recirculação  
1124 de água. Vai aumentar de 70 para 92%. Recirculando mais água, tem que  
1125 bombear menos água. Então, tem um ganho de energia. E o terceiro ganho é  
1126 esse emocional. Essa questão que teve, realmente, com o acidente da  
1127 Samarco, que, por sinal, realmente, não dá para comparar. Isso para nós da  
1128 Supram, é uma satisfação, inclusive, para cobrar de grandes empresas. A  
1129 Herculano é uma empresa de porte médio e está fazendo isso. Por que  
1130 grandes empresas dizem que não dá para fazer. Começa, então, com uma  
1131 pequena quantidade, 10%, 15% do rejeito dela. Com relação ao Pafem,  
1132 realmente, o plano de fechamento foi apresentado, está nos estudos. De fato,  
1133 o Pafem tem que apresentado dois anos antes do fechamento do  
1134 empreendimento. O empreendimento tem uma vida útil de mais 20 ou 30 anos  
1135 de reserva mineral. Então, de fato, nem seria necessário, neste momento,  
1136 mais é importante já termos essa ideia. Agora, obviamente, mineração é um  
1137 processo dinâmico, não é estático. Perto da vida útil da mina, a empresa vai  
1138 ter que apresentar um plano atualizado, e nós acompanhamos de quatro em  
1139 quatro ano. A senhora também levantou a questão aqui com relação à  
1140 utilização dessa Estação Ecológica de Arêdes. De fato, ela não vai ser  
1141 utilizada com fim de mineração. Talvez eu não tenha me expressado bem no  
1142 meu parecer, na minha redação, mas, de fato, vai haver uma retirada do  
1143 material e uma recuperação da área. Inclusive, nós fomos juntos, eu e o  
1144 diretor do IEF, o Henri, nosso colega, muito competente. E ele entendeu,  
1145 perfeitamente, o que vai ser feito lá e sobre a importância de fazer, sob o risco  
1146 até de devolver do jeito que está para o Estado, e o Estado, quebrado, não ter  
1147 condição de investir nessa recuperação. Eu tenho que responder aqui, acho  
1148 que ao Fonasc, também: me questionaram o porquê da continuidade dos  
1149 estudos hidrogeológicos. Quando eu pedi, como condicionante, a  
1150 continuidade dos estudos, isso não quer dizer que os estudos foram malfeitos.  
1151 Os estudos foram bem-feitos e atendem, perfeitamente. Mas, como tem um  
1152 carste em profundidade, nós entendemos que a pesquisa deve continuar. O  
1153 nosso subsecretário conhece algumas áreas de carste, onde tem pesquisa de  
1154 calcário. A empresa está aí há dez anos estudando, e muitas vezes,  
1155 realmente, é difícil você conhece em profundidade o fluxo de água.

1156 Conselheira, eu estou devendo alguma resposta para a senhora?”  
1157 Conselheira Andressa de Oliveira Lanchotti: “Eu acho que a dúvida era essa  
1158 mesmo. Na utilização daquela área da estação ecológica, da recuperação da  
1159 área e também a garantia da estabilidade geológica dessa área. E nisso que  
1160 nós ficamos um pouco em dúvida, se isso está assegurado. Porque foi no  
1161 mesmo sentido também a demonstração aqui do Fonasc. Outra questão  
1162 também, que na hora em que eu falei eu me esqueci, é a questão da  
1163 utilização da pilha da Vale. Não ficou muito bem claro se, quando foi feito o  
1164 licenciamento da pilha da Vale, foi prevista essa capacidade para utilização do  
1165 rejeito da Herculano também. Isso está previsto?” Gustavo Azevedo  
1166 Fontenelle, da Supram Central Metropolitana: “Está previsto no EIA/Rima,  
1167 claramente, inclusive, com vários ensaios de laboratórios, estudos  
1168 geotécnicos. É importante também esclarecer o seguinte. O que a Vale  
1169 produz, em relação à Herculano, é um volume muito maior. Toda vez em que  
1170 a Herculano joga um caminhãozinho, a Vale joga 100. Então, o volume da  
1171 Herculano, realmente, é muito pequeno. Quem foi à área viu, a pilha da Vale é  
1172 imensa. Eu não gosto de falar risco zero, porque até para trocar uma lâmpada  
1173 dessa aqui tem risco, nós temos que colocar escada no ângulo certo, tem que  
1174 desligar a energia. Tem que ter um planejamento até para trocar uma  
1175 lâmpada. Imagina um planejamento para trabalhar com pilhas, com  
1176 barragens. Mas houve, sim, os estudos apresentados foram bastante  
1177 completos. Nós tivemos todo esse cuidado também de saber se a Vale ia  
1178 autorizar. A nossa área jurídica analisou o documento encaminhado. Então,  
1179 está tudo certinho nesse aspecto.” Conselheira Andressa de Oliveira  
1180 Lanchotti: “Em relação à estabilidade geológica, eu sei que é um processo  
1181 dinâmico. Então, esse monitoramento, à medida em que vai sendo feita a  
1182 recuperação ele vai ser contínuo? Porque hoje está com a estabilidade  
1183 garantida, mas pode ter modificações ali que vão requerer o monitoramento  
1184 contínuo. Isso está assegurado também?” Gustavo Azevedo Fontenelle, da  
1185 Supram Central Metropolitana: “Sim. Inclusive, o planejamento de como  
1186 monitorar tem que acontecer, isso é obrigatório. O processo é dinâmico,  
1187 então, à medida em que a pilha de estéril for crescendo, à medida em que for  
1188 retirando material da barragem, tem que fazer novas amostragens, novos  
1189 ensaios. Não faria sentido fazer mais hoje. Realmente, nós temos que  
1190 reconhecer que nós fizemos a Herculano exagerar no que ela precisava  
1191 fazer.” Conselheira Andressa de Oliveira Lanchotti: “Essa questão da ação, a  
1192 liminar que foi concedida previa também monitoramento. Há uma  
1193 condicionante, uma previsão de condicionante do monitoramento do curso  
1194 d’água no ribeirão do Silva?” Gustavo Azevedo Fontenelle, da Supram Central  
1195 Metropolitana: “O monitoramento da Herculano Mineração acontece desde  
1196 2001. Esse monitoramento está na condicionante? O que a empresa não fazia  
1197 no passado e nós vamos exigir agora é o monitoramento da qualidade do ar e  
1198 de ruído. Então, em função dos condomínios, nós estamos exigindo que ela

1199 retorne. Hoje, não é para retornar a operação, é Licença de Instalação dos  
1200 equipamentos. Então, nós estamos exigindo um programa mais amplo.  
1201 Inclusive, no monitoramento de água, nós estamos aumentando dois pontos  
1202 de amostragem. Nós temos amostragem antes e depois da empresa,  
1203 analisamos e comparamos os resultados. Então, existe, sim, essa é uma  
1204 preocupação grande. O acompanhamento nosso também é fundamental.”  
1205 Presidente Breno Esteves Lasmar: “Algo mais a acrescentar?” Conselheira  
1206 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu estou solicitando que, além da  
1207 minha apresentação e da minha fala transcritas, que seja transcrito o que foi  
1208 dito pelos técnicos. Eu queria saber em relação a isso que foi colocado de  
1209 estar nas condicionantes a questão hidrogeológica e geotécnica. Porque ao  
1210 ler o Parecer Único, em relação às condicionantes para essa LIC – eu estou  
1211 até revendo se, por acaso, cometi alguma falha –, uma das coisas que me  
1212 chamam atenção... Tem detalhes de condicionantes sobre a questão de  
1213 compensação ambiental e essas outras questões de áreas e tal, mas eu não  
1214 vi ali condicionante. E eu queria que você me apresentasse, nas  
1215 condicionantes que estão no Parecer Único, quais as que contemplam essas  
1216 duas coisas mais importantes que eu vejo, que são a garantia da estabilidade  
1217 geotécnica e a questão desse fluxo que não se conhece direito naquela  
1218 região. Qual é o número da condicionante, quais são os números das  
1219 condicionantes? Só para eu checar aqui, por favor.” Gustavo Azevedo  
1220 Fontenelle, da Supram Central Metropolitana: “São 21 condicionantes, então,  
1221 fica um pouco difícil.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu  
1222 gostaria de saber. O Parecer Único está aí, para pôr ali na tela para todo  
1223 mundo acompanhar esse esquema? Eu posso pôr no pen drive. Seria bom  
1224 para vermos isso a fundo.” Gustavo Azevedo Fontenelle, da Supram Central  
1225 Metropolitana: “O que eu posso antecipar aqui é o seguinte: o PCA tem  
1226 detalhado tudo como devem ser executados os programas. A empresa vai ter  
1227 que cumprir o PCA. Conselheira Teca, com relação a garantir, isso não se  
1228 pode garantir, porque não existe risco zero. Igual eu falei aqui, se a senhora  
1229 tiver que trocar uma lâmpada, nós vamos estudar qual é a escada mais  
1230 adequada, se a escada suporta seu peso, qual o ângulo de inclinação da  
1231 escada, vai ter que desenergizar, apagar a energia. Então, risco zero não  
1232 existe. O que eu posso dizer é que os estudos apresentados dão a segurança  
1233 para nós. Obviamente, eu não vou chegar aqui e dizer que nada vai  
1234 acontecer, eu não seria maluco de falar isso.” Conselheira Maria Teresa  
1235 Viana de Freitas Corujo: “Se não tiver o Parecer Único, eu passo, mas,  
1236 enquanto isso... Foi falado aqui muito do princípio da precaução, até pelo  
1237 empreendedor. Quando eu tentei entender, uma das coisas claras no princípio  
1238 da precaução é que ‘na ausência de consenso científico irrefutável, o ônus da  
1239 prova encontra-se ao lado de quem pretende praticar o ato ou ação que pode  
1240 causar o dolo’. Eu não sou uma especialista, mas me preocupa que a questão  
1241 da avaliação geotécnica em uma área com tal fragilidade... É importante,

1242 lógico, fazer o acompanhamento, o monitoramento a cada ação naquele  
1243 território, mas eu continuo entendendo que, dado o rompimento, dados os  
1244 fatores que levaram ao rompimento, dada a fragilidade, teríamos que ter,  
1245 irrefutavelmente, a garantia de que aquele sistema, em termos geotécnicos,  
1246 na questão de sismos, da hidrogeologia e do fluxo de água, permite essas  
1247 intervenções. Então, você é o técnico, você está afirmando que tudo o que  
1248 vocês demandaram e tudo o que for respondido estão dizendo isso. Então, vai  
1249 ficar registrado...” Gustavo Azevedo Fontenelle, da Supram Central  
1250 Metropolitana: “Eu vou repetir para a senhora. Eu estou dizendo que a  
1251 documentação exigida por nós, técnicos, e a resposta do órgão ambiental nos  
1252 dão bastante segurança. Mas eu não garanto que não vai acontecer nada,  
1253 porque risco zero não existe. Mas eu acho que a resposta foi muito positiva.  
1254 Eu entendo a dúvida da senhora. Eu tive essa dúvida há dois anos. Eu tive a  
1255 mesma ansiedade, a mesma dúvida. Por isso que o grau de exigência nosso  
1256 foi extremamente elevado. Mas eu não posso dizer que a senhora vai voltar  
1257 para a sua casa e vai chegar segura lá, que não vai ter um acidente de carro.  
1258 Eu não tenho bola de cristal. Agora, eu acredito na engenharia brasileira. Não  
1259 sei se a senhora não acredita.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “O Parecer  
1260 Único, com as condicionantes, está na tela. A condicionante 21, eu acredito  
1261 que seja o objeto de avaliação que foi feito. É isso? É isso mesmo?”  
1262 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Na 21, quando eu li,  
1263 ‘apresentar um projeto de forma a dar continuidade’. O que eu estou  
1264 trazendo, desde o início, eu não vou mais tocar nesse assunto, porque já está  
1265 registrado no parecer de vista, está registrado nas falas e já vai estar  
1266 registrado nas respostas de vocês. A continuidade já é demanda de qualquer  
1267 atividade. A continuidade de monitoramento em tudo aquilo que uma atividade  
1268 interfere, isso, como o senhor mesmo falou, já é exigido, normalmente. Eu  
1269 estou falando da avaliação geotécnica e do fluxo hidrogeológicos...” Gustavo  
1270 Azevedo Fontenelle, da Supram Central Metropolitana: “A senhora é  
1271 hidrogeóloga? Porque, na hora em que a senhora explicou no desenho da  
1272 senhora, aquele fluxo lá, eu achei que a senhora até entendeu,  
1273 razoavelmente. Realmente, tem uma ligação entre a área do vórtex, da B4,  
1274 com a B1. Tem uma conexão. Agora, realmente, essa cavidade oclusa – que  
1275 era oclusa e não está mais –, não é aconselhável entrar lá dentro, não é um  
1276 lugar seguro para você entrar.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas  
1277 Corujo: “Nós estudos está dizendo onde foram parar as toneladas de lama e  
1278 os litros de água? Onde estão? O estudo já apresentou onde esse fluxo desse  
1279 material úmido, formado em abril, para sabermos como é essa formação  
1280 geotécnica nesse subsolo? Eu não vou agora pegar o processo, mas continuo  
1281 insegura de que essa avaliação para garantir o princípio da precaução esteja  
1282 devidamente atendida. Porque, inclusive, ali não é colocada nenhuma  
1283 condicionante geotécnica. A 21 fala de estudos hidrogeológicos realizados e  
1284 de dar continuidade. Nós não temos, eu não vi, me diga qual o documento

1285 que diz, realmente, desse mapeamento todo, de como é esse funcionamento.  
1286 No subsolo geotécnico. Tem a ver com isso.” Igor Rodrigues Costa Porto, da  
1287 Supram Central Metropolitana: “Em relação à questão que você está falando,  
1288 Teca, foi feito um estudo que nós chamamos da questão dos traçadores. A  
1289 região lá, a questão de geotecnia, dos espaços vazios de que nós estamos  
1290 falando, realmente é uma região muito complexa. Para nós que trabalhamos  
1291 com cavidades assim, é muito interessante isso. Eu estive nesse vórtex,  
1292 queria entrar dentro dele, realmente, mas, por questão de segurança, é  
1293 impossível. Então, feita contratada a empresa Hidrovia, uma empresa  
1294 bastante conceituada, e realmente foram feitos dois tipos de traçadores lá. De  
1295 acordo com esses traçadores, com essas duas campanhas que foram feitas, o  
1296 vórtex que estava lá, esse material, eles lançam um corante e fazem uma  
1297 rede de monitoramento. Foi feita uma rede de monitoramento de mais de 20  
1298 monitoramentos, não no empreendimento, mas na região como um todo. E  
1299 uma dessas redes era, exatamente, na barragem B1. E não conseguiram  
1300 identificar, durante, essa questão do monitoramento. Então, esse  
1301 monitoramento, realmente, tem que continuar mesmo. Agora, esse material  
1302 que entrou, que nós citamos, inclusive, da questão do dano na cavidade, que  
1303 foi esse material, no nosso entendimento, realmente, ele foi para o sistema  
1304 subterrâneo mesmo – o que é complexo –, e ele não está indo para a  
1305 barragem B1, de acordo com os estudos. Até o momento, na rede de  
1306 monitoramento, eles não conseguiram identificar para onde que está indo.  
1307 Mas, para o empreendimento, em si, não está indo. Eu acho que no que  
1308 vocês estão colocando nós podemos sugerir uma proposta de uma nova  
1309 condicionante, que eu estava falando com a doutora Andressa, englobando  
1310 essa questão. Eu acho que para o empreendimento e até para nós, para a  
1311 questão do ganho científico, é importante colocar uma condicionante sobre  
1312 isso.” Conselheira Andressa de Oliveira Lanchotti: “A esse respeito, eu  
1313 também acho que é indicada, sim, uma condicionante específica de  
1314 apresentar estudos geológico e geotécnico com uma periodicidade, talvez, de  
1315 seis meses, mas contínua durante a instalação e a operação. Eu acho  
1316 importante.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Igor, eu vou te pedir para  
1317 elaborar a sugestão de redação para essa condicionante, atendendo a  
1318 preocupação da conselheira, de forma que possamos incorporar.” Conselheira  
1319 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu não consegui encontrar no  
1320 processo esse documento da Hidrovia, mas eu consegui requisitar e o tenho  
1321 aqui. Eu acho importante que a equipe técnica dê uma olhada. Vocês viram o  
1322 documento da Hidrovia? Porque, ele, inclusive, esse a que eu tive acesso,  
1323 que foi o primeiro, diz: ‘Como proposta de continuidade dos estudos, visando  
1324 ao aperfeiçoamento do modelo hidrogeológico conceitual’... E aí apresenta  
1325 uma série de ações para se verificar. Eu não sei se isso já foi apresentado. É  
1326 muito completa. Talvez, isso ajude a elaborar. Se for o caminho de não baixar  
1327 em diligência, eu já comunico que vou me abster, porque eu acho que tem

1328 que ser baixado em diligência. Mas essa questão do que são as sugestões  
1329 para esse acompanhamento da coisa hidrogeológica, associada a uma área  
1330 com alta fragilidade geotécnica, não é atendida devidamente. Eu estou  
1331 querendo que isso fique bem claro para todos aqui.” Igor Rodrigues Costa  
1332 Porto, da Supram Central Metropolitana: “Só em relação aos estudos da  
1333 Hidrovia, nós fomos a campo com eles. Eu não sei de qual documento você  
1334 está falando. Foi apresentado, primeiro, um conceitual, depois, foram feitos os  
1335 traçadores, e apresentaram os resultados. E eles continuam, realmente. A  
1336 questão do pioneirismo. Eles continuam fazendo estudos, que vão ser  
1337 apresentados na medida em que forem tendo esses resultados.” Conselheira  
1338 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Então, a partir de março de 2015, o  
1339 processo já tem novos estudos sobre essa questão?” Igor Rodrigues Costa  
1340 Porto, da Supram Central Metropolitana: “Você está falando o de março?”  
1341 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu estou perguntando se  
1342 no processo já tem a continuidade, de março de 2015, desses estudos.”  
1343 Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Presidente, nós tivemos, na LP, vários  
1344 estudos, discussões, e nós temos vários documentos apresentados, tanto  
1345 pela própria consultoria, solicitados novamente, pela empresa. Eles foram  
1346 analisados. Nós tivemos vista ao processo. Aí, de repente, aparece uma  
1347 informação nova que os técnicos sequer conhecem. Eu acho complicado. Eu  
1348 pego um documento, li um negócio... Calma, aí, já foram apresentadas, com  
1349 ART, todas as documentações. Todo mundo achou muito pertinente a sua  
1350 preocupação, vamos incluir uma condicionante nesse sentido, mas vamos  
1351 direcionar isso. Eu acho que isso está claro. Nós temos mais três processos  
1352 na pauta, presidente, então, nós temos que deliberar. Quatro, ainda. Eu acho  
1353 complicado ‘tem um documento’, e cada um poderá ‘eu tenho uma tese, eu  
1354 tenho não sei o quê, de mestrado’... Foram apresentados documentos. A sua  
1355 preocupação é bastante legítima, vamos transformar em uma condicionante,  
1356 para dar tranquilidade. Agora, eu acho complicado aqui começarmos a  
1357 aparecer com documentos. O processo está muito bem completo. Então, eu  
1358 peço, presidente, vamos encerrar e colocar isso em votação ou definir se vai  
1359 baixar em diligência ou não, para que possamos dar andamento à reunião. E  
1360 tem prazo para conselheiro poder falar também, no Regimento Interno.”  
1361 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu não trouxe aqui  
1362 nenhum documento. É o documento da Hidrovia, mencionado no Parecer  
1363 Único. Primeiro ponto: eu não estou trazendo aqui o documento. Eu estou  
1364 dizendo que, no Parecer Único, se menciona um documento da Hidrovia, e  
1365 esse documento da Hidrovia, de março de 2015, aponta uma lista muito  
1366 detalhada de ações para avaliar essa questão hidrológica nesse território de  
1367 fragilidade. Eu já manifesto que, então, eu vou encerrar a minha participação,  
1368 porque o que eu deveria ter colocado eu coloquei, inclusive, pelo princípio da  
1369 precaução. A decisão que for tomada por si em relação à baixa em diligência,  
1370 lógico, vai ficar registrada. E para nós, quem acompanhou – nós nos

1371 preparamos –, não temos segurança. Não estamos falando do aspecto de  
1372 secar o rejeito. É, realmente, de vanguarda, seria um pontapé inicial. Nada  
1373 contra vocês, trabalhadores. Pelo contrário, em todos os rompimentos quem  
1374 morre são trabalhadores. Eu tenho o nome de todos os trabalhadores que  
1375 morreram desde 2001. Então, quando nós trazemos aqui isso, é para que não  
1376 aconteça, porque dois rompimentos de barragem, um atrás do outro... Então,  
1377 eu lamento que seja colocado ‘temos uma pauta grande’... Estamos falando  
1378 de um rompimento, de uma atividade interessante, mais do que interessante...  
1379 É interessante a vanguarda de fazer seco, e é fundamental tirar esse rejeito  
1380 de lá. Mas quando eu trago isso, em nome da sociedade civil, é porque nós  
1381 temos que deixar de tratar as coisas ‘porque tem que agilizar para o  
1382 empreendedor’. Porque senão nós estamos assinando abaixo, de novo, de  
1383 outras tragédias. Então, isso tem que ficar registrado. Porque, se no futuro,  
1384 acontecer outra tragédia porque ‘não podemos dar certeza de que não vai  
1385 romper’ – embora eu entenda que isso pode acontecer –, pelo menos nós, do  
1386 Fonasc, e eu vamos saber que nós, nesta reunião, apontamos questões  
1387 técnicas que nós não entendemos que estejam devidamente tratadas nesse  
1388 licenciamento.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Eu gostaria de deixar  
1389 claro que, apesar da minha percepção de deixar com que o assunto fosse  
1390 amplamente discutido, com todos os pontos de vista sendo apresentados, às  
1391 vezes até em excesso ao prazo regimental que estava aqui proposto, é  
1392 exatamente para nós pudéssemos ter informação e tranquilidade suficientes  
1393 para conduzir os processos. Então, eu não me preocupo com conteúdo longo  
1394 de pauta, mas eu me preocupo com a gente poder ter tranquilidade na  
1395 condução desses processos. Feitos todos esses esclarecimentos que foram  
1396 apresentados aqui, eu indago a conselheira do Ministério Público e a  
1397 conselheira do Fonasc, para que possam me informar se ainda persistem  
1398 dúvidas que venham sustentar o pedido de baixa em diligência nos dois  
1399 pareceres de vista.” Conselheira Andressa de Oliveira Lanchotti: “Da minha  
1400 parte, eu acho que as dúvidas foram sanadas, ressaltando a necessidade da  
1401 inclusão de uma condicionante específica em relação ao risco geológico e  
1402 geotécnico, que preveja o monitoramento com relatórios contínuos em  
1403 periodicidade a ser determinada pela Supram.” Conselheira Maria Teresa  
1404 Viana de Freitas Corujo: “Para nós, do Fonasc, não atendeu. Como  
1405 colocamos no parecer, até aquela questão de que no documento da Geomil,  
1406 do EIA, garante que não chegou, praticamente, material para além da maioria  
1407 água. Está comprovado que não foi assim. Então, nós não estamos  
1408 devidamente tranquilos. Para o nosso entendimento, deveria ter, realmente,  
1409 essa coisa tratada com mais certeza absoluta. Então, e vou me abster de  
1410 votar, porque eu considero que deveria baixar em diligência.” Presidente  
1411 Breno Esteves Lasmar: “Senhores, pela segurança das informações que nos  
1412 foram passadas aqui, tanto pela equipe contratada pelo empreendedor quanto  
1413 pela nossa equipe técnica da Supram Central no seu parecer, adicionadas de

1414 todos os esclarecimentos que foram feitos, eu entendo que nós temos  
1415 condições de dar continuidade a este processo e levá-la à votação. Por esse  
1416 motivo, eu vou colocar em julgamento este processo, não vou baixá-lo em  
1417 diligência. Eu gostaria, então, agora, neste momento, após encerradas todas  
1418 essas discussões, que nós pudéssemos entrar em votação para este  
1419 processo. Aqueles conselheiros que estão de acordo com a aprovação do  
1420 processo 5.1 da pauta, Herculano Mineração Ltda. PA 00340/1995/016/2015,  
1421 DNPM 001.995/1963, de acordo com o Parecer Único, favorável pelo  
1422 deferimento, com validade de quatro anos, que foi apresentado pela Supram  
1423 Central, os conselheiros que estão de acordo, por favor, permaneçam como  
1424 estão.” Conselheira Andressa de Oliveira Lanchotti: “Senhor presidente, eu só  
1425 queria registrar aqui que, seguindo a orientação dos conselheiros do  
1426 Ministério Público que me antecederam, eu vou me abster, mas em razão de  
1427 há haver termo de ajustamento de conduta em procedimento no âmbito do  
1428 Ministério Público.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Os conselheiros que  
1429 estão de acordo permaneçam como estão.” Conselheira Heloisa Cristina  
1430 Notini Greco: “Só um minutinho, por favor. O senhor confirmou a votação. Eu  
1431 gostaria de esclarecer um dos pontos também, como conselheira. Eu não sei  
1432 se tem mais algum para esclarecer também. Foi dada a palavra ao  
1433 empreendedor e não foi dada a palavra aos conselheiros. Vai ter essa  
1434 possibilidade? Porque eu gostaria de fazer uma pergunta à Supram, aos  
1435 técnicos da Supram.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Conselheira, eu  
1436 havia compreendido que nós já tínhamos discutido o processo e com  
1437 oportunidade a todos de se manifestarem.” Conselheira Heloisa Cristina Notini  
1438 Greco: “No meu entendimento, inclusive, o conselheiro perguntou se ia ser  
1439 colocado ou não. Então, agora que o senhor confirmou que vai ser colocado.  
1440 Diante dessa possibilidade de ser colocado em votação, eu gostaria de fazer  
1441 uma pergunta ao técnico da Supram. Eu não sei se outros conselheiros  
1442 também têm pergunta ou não, mas eu tenho uma.” Presidente Breno Esteves  
1443 Lasmar: “Considerando esse fato e dado que houve uma decisão minha de  
1444 colocar em votação após a discussão, mas ainda havendo essa dúvida da  
1445 conselheira, eu revejo, então, esse ato de colocar em votação o processo e  
1446 abro para que a conselheira e o conselheiro Eduardo Nascimento possam  
1447 fazer as suas exposições e tirarem suas dúvidas. Após a manifestação da  
1448 conselheira e do conselheiro Eduardo Nascimento, nós retornamos com o  
1449 processo para votação.” Conselheira Heloisa Cristina Notini Greco: “Eu  
1450 gostaria de esclarecimento com relação à água para consumo humano dos  
1451 funcionários. De que forma é abastecida e se existe monitoramento dessa  
1452 água.” Rafael Batista Gontijo, da Supram Central Metropolitana: “Existe uma  
1453 captação superficial, e a água é jogada na barragem B3, e da B3 ela vai para  
1454 o reservatório do empreendedor. Inclusive, no processo de outorga dessa  
1455 barragem, essa recirculação de água está contemplada. A análise de  
1456 qualidade da água, nós temos um informe Sgrai de que a responsabilidade

1457 pela qualidade da água é da Vigilância Municipal de Saúde. Conforme essa  
1458 orientação que vem da Sgrai, nós não cobramos, então, não temos essa  
1459 informação com relação à qualidade no consumo humano. Temos outros usos  
1460 também, como aspersão de vias, que a captação é de 1 litro por segundo, 24  
1461 horas por dia. Cai no barramento B3, e da B3 é bombeada para o  
1462 reservatório.” Conselheira Heloisa Cristina Notini Greco: “A grande  
1463 preocupação é a seguinte. Essa captação é superficial, e a preocupação é a  
1464 existência de metais pesados nessa água, que podem estar presentes nessa  
1465 água de consumo humano. Por isso, a pergunta. Obrigada.” Presidente Breno  
1466 Esteves Lasmar: “Eu gostaria de sugerir que o senhor Benedito pudesse  
1467 protocolar o estudo que ele apresentou aqui e indicou como sendo uma  
1468 informação relevante acerca da qualidade da água, para que isso seja  
1469 avaliado no âmbito do processo de licenciamento, pela equipe da Supram. E  
1470 sendo necessário, senhor Benedito, a equipe fará contato com o senhor para  
1471 que possa tirar eventuais dúvidas. E caso encontre a necessidade a equipe  
1472 poderá fazer uma avaliação junto ao SAAE, que é o órgão que hoje abastece  
1473 os condomínios com essa água, para que possamos, eventualmente,  
1474 esclarecer dúvida quanto ao monitoramento que nós temos da qualidade da  
1475 água apresentado pela empresa quanto ao monitoramento do qual o senhor  
1476 apresentou informações aqui. É só o senhor protocolar o documento aqui  
1477 junto à equipe técnica, e nós vamos direcioná-lo ao processo de  
1478 licenciamento.” Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento:  
1479 “Primeiro, presidente, eu queria ver se podia tomar liberdade de fazer uma  
1480 pergunta à doutora Andressa. Pode ser? Essa questão dessa ação que o  
1481 doutor João Paulo colocou aqui, no entendimento da senhora, ela interfere  
1482 nessa decisão aqui, ela prejudica ou tudo bem?” Conselheira Andressa de  
1483 Oliveira Lanchotti: “Eu entendo que, a partir do momento em que há uma  
1484 decisão judicial, ela deve ser cumprida. Então, interfere porque a empresa vai  
1485 ter que comprovar o cumprimento dessa decisão, porque senão está sujeita  
1486 ao pagamento de astreintes nesse sentido. A minha dúvida foi em relação ao  
1487 monitoramento que está garantido, da qualidade hídrica. Então, eu acho que,  
1488 para este momento de Licença de Instalação Corretiva, essa questão está  
1489 garantida nos esclarecimentos que foram feitos nesta oportunidade aqui.”  
1490 Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “As questões que eu  
1491 quero pontuar, presidente, a primeira é o seguinte. Inclusive, para os  
1492 trabalhadores da empresa. A dificuldade em torno desses projetos de  
1493 mineração, dificuldade no processo de licenciamento, infelizmente, vai  
1494 continuar por muito tempo. Porque, nesses poucos anos atrás, são cinco  
1495 graves fatos envolvendo mineração, com mortes. E a questão de Mariana,  
1496 que chocou o mundo. Essa dificuldade e até alguns, como nós, os  
1497 movimentos sociais, inclusive, aqui muito bem representado pela Maria  
1498 Teresa, ficamos até na obrigação de cobrar mais, porque as respostas do  
1499 poder público são muito frágeis até agora. Nós estávamos aqui, e a doutora

1500 Andressa também estava, na quarta-feira, naquele debate com o procurador  
1501 da República. Que dizer, existem questionamentos – eu não estou entrando  
1502 no mérito – em torno do acordo de Mariana. Da mesma maneira, muitas das  
1503 questões que chegaram, após o crime socioambiental de Mariana, ao poder  
1504 público foi respondido com decreto, e este Conselho tomou conhecimento do  
1505 decreto depois que o governador assinou. Ninguém discute a legalidade. O  
1506 governador pode fazer? Pode. Como esses que estão aí querem mandar um  
1507 projeto de Previdência sem discutir com ninguém, achando que vai passar.  
1508 Então, existe uma carência de legitimidade, e disso é que deriva essa  
1509 dificuldade. É uma avaliação que eu faço, e estou preparado para isso ser  
1510 longo. E, evidentemente, como tudo na vida, os justos pagarão pelos  
1511 pecadores. Aí, eu quero dizer isso, especialmente, aos trabalhados. Porque,  
1512 inclusive, quem tem um pouco de juízo não vai botar assinatura em qualquer  
1513 coisa, mesmo que não seja por convicção ética. Essa é a primeira questão. A  
1514 segunda questão: o Ministério Público e o Fonasc apresentaram o documento,  
1515 elencaram alguns quesitos, pediram a diligência. Eu queria ressaltar que, na  
1516 minha opinião, a empresa teve uma conduta muito boa. Foi ali, respondeu,  
1517 escreveu, assinou. Quem discorda discorda, quem concorda concorda. Mas  
1518 fez. Eu solicito, formalmente, que a manifestação da Supram seja transcrita na  
1519 integralidade, assinada por todos os técnicos e incluída no procedimento do  
1520 processo administrativo como a posição da Supram sobre os  
1521 questionamentos. É sobre a responsabilidade. Por isso que eu falo, a  
1522 empresa fez sua alegação. A outra questão que eu acho importante ressaltar  
1523 é que nós estamos aqui discutindo uma LI, e isso tem que ficar claro. Eu acho  
1524 que é importante o método, é uma conquista. Agora, quando a Associação do  
1525 Ministério Público protagonizou a legislação na Assembleia, eu queria deixar  
1526 bem claro que só nós dos movimentos sociais que sustentamos. E era uma  
1527 proposta e continua sem discussão. Mas ela, a priori, avança. A Ponto Terra  
1528 também participou. Por que nós temos que mudar esse patamar de  
1529 legislação, de institucionalidade, de todas essas questões. Eu queria fazer um  
1530 último comentário, que aqui foi falado duas vezes. ‘Tem alguém que acredita  
1531 em engenharia, tem alguém que não’. Não sei o endereço, mas comigo não é.  
1532 Essa é a questão. Porque, inclusive, eu não acho que, no século XXI, o  
1533 método da humanidade continua a ser erra e acerta, erra e acerta. Isso é pré-  
1534 industrial. Nós temos desenvolvimento tecnológico de conhecimento para  
1535 muito – felizmente – além disso. Não é assim que funciona. Por último, isso já  
1536 foi discutido várias vezes aqui também, a partir de exposições da FEAM:  
1537 ninguém aqui está buscando risco zero. Eu não aceito isso. Ninguém aqui  
1538 raciocina dessa forma. O que é inaceitável é falta de precaução, falta de  
1539 cautela, falta de medidas adequadas. É isso a nossa tarefa. Quer dizer, eu  
1540 acho que todos têm competência para participar, e aí são todos. Eu queria  
1541 também dizer, na manifestação do meu amigo doutor João Paulo, que não há  
1542 nenhum problema em que o interesse de uma empresa privada aqui fosse

1543 colocado. Vale para um, vale para todos. O importante é também se a  
1544 questão trazida tem repercussão no interesse público. E aí eu acho que o  
1545 doutor João Paulo tem legitimidade e trajetória para fazer a manifestação que  
1546 ele fez. É isso. Na hora em que o senhor quiser votar. E só um último  
1547 esclarecimento, presidente. O senhor acolheu a condicionante, não é? A nova  
1548 condicionante.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Primeiro, nós vamos votar  
1549 a licença e, logo em seguida, vamos para a condicionante. Mas já há a  
1550 sugestão de revisão da redação, que a própria equipe técnica da Supram está  
1551 trabalhando, para que possamos ampliar a expressão do monitoramento que  
1552 estava sendo sugerido.” Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do  
1553 Nascimento: “Eu posso fazer um pedido? É claro que é o senhor quem  
1554 decide. Eu preferiria, presidente, que o senhor flexibilizasse e colocasse em  
1555 votação já com a condicionante.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “A regra  
1556 regimental fala de votar primeiro a licença e, em seguida, as condicionantes.  
1557 Então, como as condicionantes já estão expostas no número total, nós vamos  
1558 fazer a votação do processo e, em seguida, vamos votar as condicionantes,  
1559 com a adequação que está sendo proposta.” Conselheiro Eduardo Antônio  
1560 Arantes do Nascimento: “Então, eu vou explicar. Eu vou votar contra e depois  
1561 eu voto a favor da inclusão. Porque eu não posso aceitar sem a inclusão. Por  
1562 isso que eu pedi a flexibilização. Já incluir, e nós fazermos uma única  
1563 votação.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Senhores, encerrada a etapa de  
1564 discussão sobre o processo, agora, então, nós vamos entrar em regime de  
1565 votação, e eu peço aos conselheiros. Processo administrativo Herculano  
1566 Mineração Ltda. Processo nº 340/1995/016/2015. Os conselheiros que forem  
1567 de acordo com a aprovação da Licença de Instalação Corretiva, nos termos  
1568 do Parecer Único, da Supram, com validade de quatro anos, que permaneçam  
1569 como estão. Registros de abstenção...” Conselheiro Luiz Carlos da Cruz:  
1570 “Abstenção.” Conselheira Andressa de Oliveira Lanchotti: “Abstenção.”  
1571 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Abstenção. E quero que  
1572 conste, porque esse processo deveria ter sido baixado em diligência. Esse é o  
1573 motivo da minha abstenção.” Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do  
1574 Nascimento: “Abstenção.” Conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais:  
1575 “Abstenção.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Registradas as abstenções.  
1576 O processo está aprovado. Vamos agora à votação das condicionantes. Eu  
1577 pergunto se já tem a redação proposta sugerida. É de inclusão ou alteração  
1578 de condicionante já prevista no parecer?” Igor Rodrigues Costa Porto, da  
1579 Supram Central Metropolitana: “Vamos incluir.” Presidente Breno Esteves  
1580 Lasmar: “Inclusão de uma nova condicionante.” Igor Rodrigues Costa Porto,  
1581 da Supram Central Metropolitana: “Dar continuidade aos estudos geotécnicos  
1582 e ao monitoramento do ambiente subterrâneo, por meio dos traçadores, na  
1583 região do empreendimento, de modo a testar a segurança das estruturas  
1584 remanescentes. Prazo: durante a validade da licença, e envio semestral dos  
1585 relatórios técnicos, com as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica.”

1586 Presidente Breno Esteves Lasmar: “Senhores conselheiros, aqueles que são  
1587 favoráveis às condicionantes propostas pela equipe técnica da Supram  
1588 Central já expostas no Parecer Único, com o acréscimo da condicionante que  
1589 acaba de ser lida que permaneçam como estão. Registro de abstenção.”  
1590 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Como eu me abstive de  
1591 votar, eu não tenho como votar nas condicionantes.” Conselheira Maria  
1592 Teresa Viana de Freitas Corujo: “A mesma fundamentação. Abstenção.”  
1593 Presidente Breno Esteves Lasmar: “Alguém mais? Algum voto contra? O  
1594 conselheiro Luiz Carlos da Cruz, do Centro Universitário Una, precisou  
1595 ausentar. Então fica registrada a ausência dele.” Conselheiro João Eustáquio  
1596 Beraldo Teixeira: “Senhor presidente, por compromisso assumido, eu vou ser  
1597 obrigado a me ausentar. Desejo a todos um Feliz Natal.” **6) PROCESSOS**  
1598 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**  
1599 **CORRETIVA. 6.1) Siderúrgica Terra Ltda. Siderurgia e elaboração de**  
1600 **produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa.**  
1601 **Sete Lagoas/MG. PA 22913/2011/001/2012. Classe 5. Apresentação:**  
1602 **Supram Central Metropolitana. Retorno de vista: conselheira Paula**  
1603 **Meireles Aguiar.** Licença indeferida por unanimidade nos termos do Parecer  
1604 Único, com abstenções das conselheiras Maria Teresa Viana de Freitas  
1605 Corujo e Paula Meireles Aguiar. Justificativa - Conselheira Maria Teresa Viana  
1606 de Freitas Corujo: “Eu vou me abster porque nós não tivemos condição de  
1607 analisar o processo.” **6.2) Café Três Corações S/A. Torrefação e moagem**  
1608 **de grãos. Santa Luzia/MG. PA 00016/1979/005/2013. Classe 5.**  
1609 **Apresentação: Supram Central Metropolitana. Retorno de vista:**  
1610 **conselheiros Mauro da Fonseca Ellovitch e Paula Meireles Aguiar.**  
1611 Licença deferida por unanimidade nos termos do Parecer Único, com inclusão  
1612 da seguinte condicionante: “Apresentar a cópia do Auto de Vistoria do Corpo  
1613 de Bombeiros (AVCB) contemplando a área total do empreendimento. Prazo:  
1614 60 (sessenta) dias”. Foi registrada abstenção de voto da conselheira Maria  
1615 Teresa Viana de Freitas Corujo. **7) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA**  
1616 **EXAME DE REVALIDAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Cosimat -**  
1617 **Siderúrgica de Matozinhos Ltda. Siderurgia e elaboração de produtos**  
1618 **siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa.**  
1619 **Matozinhos/MG. PA 00039/1980/012/2013. Classe 5. Apresentação:**  
1620 **Supram Central Metropolitana. Retorno de vista: conselheiros Paula**  
1621 **Meireles Aguiar e Ronaldo Vasconcellos Novais.** Processo baixado em  
1622 diligência pela Presidência em atendimento aos pedidos dos conselheiros  
1623 Ronaldo Vasconcellos Novais e Paula Meireles Aguiar, com a concordância  
1624 da área técnica da Supram. Conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais: “Eu li  
1625 esse relatório e, primeiro, é uma coisa complexa. A doutora Paula já colocou,  
1626 tem Alto-Forno 1, Alto-Forno 2 e Sinterização. A Sinterização é positiva para a  
1627 questão ambiental, porque faz o reaproveitamento. Poderia dizer que faz a  
1628 reciclagem. O técnico que deu o parecer não está aqui hoje. Eu li o relatório e

1629 não entendi. Então, eu queria que este processo fosse baixado em diligência  
1630 para que viesse um relatório que eu, minimamente, pudesse compreender e  
1631 que fosse inteligível. Eu estou sugerindo para que baixasse em diligência para  
1632 que depois fizéssemos uma discussão mais ampla, inclusive, com o técnico  
1633 titular presente.” Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Eu acompanho essa  
1634 baixa em diligência. O meu pedido é para que venham os monitoramentos do  
1635 Alto-Forno 2, pelos menos, a avaliação da Supram sobre o desempenho  
1636 ambiental da Sinterização. Porque ela falou que não poderia avaliar, pelo que  
1637 eu entendi, o desempenho ambiental da Sinterização sem avaliar o Alto-Forno  
1638 2. Então, que pudesse trazer uma análise técnica, se foi bom ou não.” Liana  
1639 Notari Pasqualini, analista ambiental da Supram: “O parecer do Alexandre –  
1640 que está em férias – explica os motivos pelo indeferimento, tendo em vista o  
1641 desempenho ambiental apresentado e o controle de emissões fugitivas, que  
1642 não foi considerado adequado ao empreendimento. Porém, a avaliação  
1643 conjunta deste processo com o processo do outro Alto-Forno, que está  
1644 licenciado, de fato, requereria a avaliação do gestor. Desse modo, se for o  
1645 entendimento do presidente acatar a baixa em diligência, para que possa ser  
1646 feita no prazo, é a opinião da equipe técnica também.” Presidente Breno  
1647 Esteves Lasmar: “Considerando as exposições feitas e em razão da  
1648 necessidade de melhor avaliação do desempenho ambiental do  
1649 empreendimento, este processo vai ser baixado em diligência, para que haja  
1650 complementação das informações e retorno no momento oportuno.” **7.2)**  
1651 **SAFM Mineração Ltda. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido.**  
1652 **Minério de ferro; unidade de tratamento de minerais; pilhas de rejeito /**  
1653 **estéril, estradas para transporte de minério / estéril. Itabirito/MG. PA**  
1654 **18804/2009/005/2014, DNPM 831.929/1984. Classe 5. Apresentação:**  
1655 **Supram Central Metropolitana. Retorno de vista: conselheiros Mauro da**  
1656 **Fonseca Ellovitch, Maria Teresa Viana de Freitas Corujo e Júlio César**  
1657 **Nery Ferreira.** Licença revalidada por unanimidade nos termos do Parecer  
1658 Único, com inclusão e alteração de condicionantes: – Aprovada por  
1659 unanimidade a inclusão de condicionante com a seguinte redação:  
1660 “Apresentar à Supram Central Metropolitana todos os relatórios de  
1661 monitoramento dos efluentes líquidos e de águas superficiais, devendo ser  
1662 realizado o monitoramento geotécnico permanente dos diques de contenção  
1663 de sedimentos. Prazo: trimestralmente, durante a vigência da licença”. –  
1664 Aprovada por unanimidade nova redação para a condicionante nº 5 do  
1665 Parecer Único: “Elaborar plano de monitoramento da qualidade do ar e  
1666 ruídos, que deverá conter as seguintes partes enumeradas e ser aprovado  
1667 pela Gerência de Monitoramento da Qualidade do Ar e Emissões (Gesar):  
1668 Inventário das fontes de emissões atmosféricas da empresa; Modelagem  
1669 atmosférica com o modelo Aermod View (Estudo de Dispersão Atmosférica-  
1670 EDA); Propostas de pontos de monitoramento da qualidade do ar baseado no  
1671 EDA apresentado. Prazo: 90 (noventa) dias para apresentar ao Gesar”. A

1672 conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo registrou abstenção de  
1673 voto: “Eu vou me abster porque não tivemos tempo de nos debruçar,  
1674 infelizmente. Mas deixar registrada essa questão. Eu entendo que, em algum  
1675 momento, a Supram tem que demandar uma avaliação integrada desse  
1676 conjunto no Sapecado que envolve várias empresas de mineração, porque  
1677 elas têm relações sinérgicas, tanto na Estação Ecológica de Fechos quanto  
1678 na bacia do ribeirão do Silva, e em um conjunto que já tem essa fragilidade do  
1679 rompimento da Herculano.” **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**  
1680 **EXAME DE LICENÇA PRÉVIA. 8.1) Mariana Transmissora de Energia S/A.**  
1681 **LT 500 KV. Itabirito II. Vespasiano II. Linhas de transmissão de energia**  
1682 **elétrica. Vespasiano, Santa Luzia, Sabará, Raposos, Rio Acima, Nova**  
1683 **Lima, Itabirito e Ouro Preto/MG. PA 07923/2014/001/2014. Classe 5.**  
1684 **Apresentação: Supram Central Metropolitana.** Processo retirado de pauta  
1685 com pedido de vista da conselheira Andressa de Oliveira Lanchotti e vista  
1686 conjunta solicitada pela conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo. **9)**  
1687 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE**  
1688 **INSTALAÇÃO. 9.1) Viena Siderúrgica S/A. Siderurgia e elaboração de**  
1689 **produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa.**  
1690 **Sete Lagoas/MG. PA 00310/1997/016/2014. Classe 5. Apresentação:**  
1691 **Supram Central Metropolitana.** Processo retirado de pauta com pedido de  
1692 vista da conselheira Andressa de Oliveira Lanchotti e vista conjunta solicitada  
1693 pela conselheira Paula Meireles Aguiar. **10) PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
1694 **PARA EXAME DE RECURSO. 10.1) Novelis do Brasil Ltda. Geração e**  
1695 **fornecimento de energia elétrica. Mariana/MG. PA 00436/1997/002/1999.**  
1696 **Classe 3. Apresentação: Supram Central Metropolitana.** Processo retirado  
1697 de pauta com pedido de vista da conselheira Paula Meireles Aguiar. **11)**  
1698 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE REQUERIMENTOS**  
1699 **PARA INTERVENÇÕES AMBIENTAIS SEM BIOMA MATA ATLÂNTICA, EM**  
1700 **ESTÁGIO DE REGENERAÇÃO MÉDIO OU AVANÇADO, NÃO**  
1701 **VINCULADOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. 11.1) Nelson Pimenta**  
1702 **Soares Filho. Condomínio Jardins de Petrópolis, Quadra 05, Lote 17.**  
1703 **Infraestrutura. Nova Lima/MG. PA 09010000561/14. Área de RL: 0,0000**  
1704 **ha. APP: 0,00000 ha. Área Requerida: 0,0684 ha. Área Passível de**  
1705 **Aprovação: 0,0684 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual**  
1706 **Submontana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. NRRR Belo**  
1707 **Horizonte.** Requerimento deferido por unanimidade nos termos do Parecer  
1708 Único. **11.2) Roseni Maria Pretti. Quadra 13, Lote 22. Infraestrutura. Nova**  
1709 **Lima/MG. PA 09010001915/14. Área de RL: 0,0000 ha. APP: 0,00000 ha.**  
1710 **Área Requerida: 0,1166 ha. Área Passível de Aprovação: 0,1166 ha.**  
1711 **Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária.**  
1712 **Estágio de Regeneração: Médio. NRRR Belo Horizonte.** Requerimento  
1713 deferido por unanimidade nos termos do Parecer Único. **12) PROPOSTA DE**  
1714 **AGENDA ANUAL PARA AS REUNIÕES DA UNIDADE REGIONAL**

1715 **COLEGIADA RIO DAS VELHAS DO COPAM PARA O ANO DE 2017.**  
1716 **Apresentação: Supram Central Metropolitana.** Aprovada por unanimidade a  
1717 agenda anual de reuniões da URC Rio Paraopeba para o exercício de 2007,  
1718 nos termos da proposta apresentada pela Supram Central Metropolitana. A  
1719 conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo registrou solicitação para  
1720 que, na elaboração da agenda anual das Câmaras Técnicas Especializadas,  
1721 não haja coincidência de datas e horários com o calendário da URC. A  
1722 conselheira registrou ainda a seguinte consideração em relação à convocação  
1723 de reuniões extraordinárias: “Se existem sobrecarga de pauta e reunião  
1724 ordinária seguida de reunião extraordinária, com uma quantidade enorme de  
1725 processos em licenciamento, isso está colocando em risco o devido tempo de  
1726 análise por parte dos conselheiros. Então, eu estou querendo que fique  
1727 registrado que tem que ter uma atenção para isso. Se fossem reuniões  
1728 ordinárias e extraordinárias com uma pauta mais possível de ser tratada, eu  
1729 não estaria nem colocando isso aqui. Hoje, eu não ter trazido o parecer de  
1730 vista da SAFM, tendo pedido, e ter que ter feito abstenção de outros assuntos,  
1731 para mim, como conselheira da sociedade civil, não é uma coisa boa, não  
1732 estamos aqui para isso. Então, que o Estado avalie com cuidado essa  
1733 questão de tanta coisa em uma atrás da outra. Porque isso coloca em risco,  
1734 inclusive, a devida análise do processo.” **13) ENCERRAMENTO. Moção**  
1735 **aprovada pela URC Rio das Velhas.** A Unidade Regional Colegiada do Rio  
1736 das Velhas aprovou, por unanimidade, moção nos seguintes termos: “A  
1737 Unidade Regional Colegiada do COPAM Rio das Velhas, em sua 101ª  
1738 reunião, extraordinária, realizada no dia 16 de dezembro de 2016, na cidade  
1739 de Belo Horizonte, com fulcro nos incisos I, II e III do Artigo 11 do Decreto  
1740 44.667, de 3 de dezembro de 2007, considerando a proposta feita pela  
1741 conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, dar URC Rio das Velhas do  
1742 COPAM, aprovou a seguinte moção: ‘Recomendação ao Departamento  
1743 Nacional de Produção Mineral – DNPM, 3º Distrito - Minas Gerais, à  
1744 Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) e a Secretaria de Estado de  
1745 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), para que realizem,  
1746 o mais breve possível, uma vistoria na barragem de rejeitos da Mundo  
1747 Mineração Ltda., localizada no município de Rio Acima, para averiguar sua  
1748 situação após as recentes chuvas intensas. Belo Horizonte, 16 de dezembro  
1749 de 2016’.” Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Breno  
1750 Esteves Lasmar agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a  
1751 sessão, da qual foi lavrada esta ata.

1752

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

1753

1754

1755

1756

1757

---

**Breno Esteves Lasmar**  
**Presidente suplente da URC Rio das Velhas**